

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Daniela Aparecida Fernandes Silva

**Uso do Módulo II como espaço para formação em contexto de professores:
estudo de caso de uma escola estadual vinculada à SRE de Coronel Fabriciano –
MG**

Juiz de Fora
2025

Daniela Aparecida Fernandes Silva

Uso do Módulo II como espaço para formação em contexto de professores:
estudo de caso de uma escola estadual vinculada à SRE de Coronel Fabriciano –
MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Denise Vieira Franco

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SILVA, DANIELA APARECIDA FERNANDES.

Uso do Módulo II como espaço para formação em contexto de professores: estudo de caso de uma escola estadual vinculada à SRE de Coronel Fabriciano – MG / DANIELA APARECIDA FERNANDES SILVA. – 2025.

107 f.

Orientadora: Denise Vieira Franco

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2025.

1. Formação Continuada em Contexto . 2. Módulo II. 3. Reuniões Pedagógicas . I. Franco, Denise Vieira , orient. II. Título.

Daniela Aparecida Fernandes Silva

Uso do Módulo II como espaço para formação em contexto de professores: estudo de caso de uma escola estadual vinculada à SRE de Coronel Fabriciano – MG

Dissertação
apresentada
ao Programa de Pós-
graduação
Profissional em
Gestão e Avaliação da
Educação Pública
da Universidade
Federal de Juiz de
Fora como requisito
parcial à obtenção do
título de Mestre em
Gestão e Avaliação da
Educação Pública.
Área de
concentração:
Educação

Aprovada em 20 de março de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Dr.(a) Denise Vieira Franco - Orientador

Prefeitura de Juiz de Fora

Prof.(a) Dr.(a) Rafaela Reis Azevedo de Oliveira

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.(a) Dr.(a) Lubélia de Paula Souza Barbosa

Universidade Federal Fluminense

Juiz de Fora, 27/02/2025.



Documento assinado eletronicamente por **DENISE VIEIRA FRANCO, Usuário Externo**, em 31/03/2025, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUBELIA DE PAULA SOUZA BARBOA, Usuário Externo**, em 02/04/2025, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafaela Reis Azevedo de Oliveira, Professor(a)**, em 02/04/2025, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2271521** e o código CRC **902F2A10**.

Dedico este trabalho Àquele que, em todos os momentos, foi a minha base para me superar: Deus. Este trabalho não seria possível sem Sua ajuda.

AGRADECIMENTOS

Nesses anos de mestrado, de muito estudo, esforço, e empenho, gostaria de agradecer a algumas pessoas que me acompanharam e foram fundamentais para realização de mais esse sonho em minha vida.

Primeiramente agradeço à minha família pela paciência e compreensão nas ausências nesse período de dedicação intensa a este trabalho, em especial ao meu esposo, Wilson Magno da Silva, que sempre foi um motivador e incentivador em toda a minha caminhada, e aos meus queridos filhos, Luís Felipe e Pedro Lucas, pela torcida e paciência nessa jornada.

Agradeço à minha orientadora, Dr.^a Denise Vieira Franco, por ser essa mulher incrível e inspiradora. E, principalmente, obrigada por sempre ter acreditado e depositado sua confiança em mim durante esses anos.

Obrigada a toda a equipe do PPGP da UFJF que, com extrema competência e qualidade, proporcionaram momentos de intensa aprendizagem e reflexões. Agradeço ao ASA Vitor Marques pela parceria, estímulo e motivação durante toda a pesquisa, seu incentivo e monitoramento foi essencial para o sucesso deste trabalho.

Aos professores da escola pesquisada que participaram do questionário, e que me inspiram e motivam a retribuir todo o aprendizado neste curso, com muito trabalho, dedicação e trocas de experiências em nossa difícil jornada.

Por fim, meu agradecimento especial a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esta formação fosse possível, comprometendo-me a cooperar para que a educação cumpra o seu papel transformador na sociedade.

RESUMO

Considerando a importância do pedagogo e do professor no processo de ensino-aprendizagem, este estudo destaca a necessidade de um constante aperfeiçoamento deste profissional, em especial, a formação continuada em contexto nas reuniões de Módulo II, que constitui uma ferramenta indispensável nesse processo e, conseqüentemente, nessa pesquisa. Como gestora, tenho como ponto focal a gestão pedagógica da escola porque a entendo como o pilar mais importante da gestão escolar, por estar ligada diretamente à atividade-fim da escola, atuando diretamente na formação e no desenvolvimento de competências e habilidades pessoais e profissionais nos alunos. Assim, este estudo objetiva investigar como a equipe gestora, organiza e planeja os momentos de reuniões coletivas do Módulo II na escola, de modo a contemplar ações voltadas para a formação docente sobre temáticas relevantes ao contexto escolar. Como objetivos específicos deste estudo buscamos descrever como está prevista a organização das atividades extraclasse docentes, segundo as normativas da SEE/MG e como tais atividades são organizadas e acontecem na Escola Estadual Castelo Branco; analisar como é a organização e a realização das atividades extraclasse, notadamente, aquelas destinadas aos momentos coletivos na escola; e propor ações para que os momentos de planejamento coletivo sejam voltados também para a formação docente, sobre temáticas relevantes para a escola, tais como a apropriação dos resultados das avaliações externas das quais a escola participa. Para a consecução dos objetivos, abordamos a metodologia de pesquisa do estudo de caso de caráter qualitativo, com a realização de entrevistas semiestruturadas com a Especialista da escola pesquisada, assim como aplicação de questionários aos professores efetivos e aos convocados com no mínimo dois anos de exercício na escola em questão. A pesquisa possibilitou encontrar alguns achados importantes como por exemplo a importância de o Módulo II ter objetivos claros e ser direto, os professores entrevistados destacaram assuntos desnecessários e que consume muito tempo nessas reuniões. A partir dos resultados obtidos, apresentaremos um Plano de Ação Educacional que responda às demandas do caso de gestão e altere positivamente esse espaço tão importante que são as reuniões de Módulo II, foram apresentadas 6 Ações sendo elas: Reunião inicial para estudo das normativas que norteiam as reuniões coletivas de Módulo II para prática

docente; Proposta de reuniões de alinhamento entre a gestão escolar e equipe pedagógica na elaboração das pautas e encaminhamentos a serem tratados nas reuniões de Módulo II; Levantamento com a Equipe Pedagógica e professores sobre os temas mais relevantes para a formação continuada em contexto; Criação de momentos de compartilhamento de práticas exitosas entre os professores; Utilização do laboratório de informática como espaço para realização de cursos de forma coletiva e integrada; Criação de momentos de formação buscando parcerias com outras instituições e utilizando das potencialidades dos próprios professores. Por fim, apresentar a relevância da utilização deste tempo de forma significativa para compartilhamento de saberes, planejamento, participação em reuniões coletivas e aperfeiçoamento profissional dos professores e da equipe pedagógica.

Palavras-chave: formação em serviço; reunião pedagógica; formação continuada.

ABSTRACT

Considering the importance of the pedagogical and the teacher in the teaching-learning process, this study highlights the need for constant improvement of this professional, in particular, continued in-service training in Module II meetings, which constitutes an indispensable tool in this process and, consequently, in this research. As a manager, my focal point is the school's pedagogical management because I understand it as the most important pillar of school management, as it is directly linked to the school's core activity, acting directly in the training and development of personal and professional skills and abilities in students. Therefore, this study aims to investigate how the management team organizes and plans collective Module II meetings at the school, in order to include actions aimed at teacher training on topics relevant to the school context. As specific objectives of this study, we seek to describe how the organization of extra-class teaching activities is planned, according to SEE/MG regulations and how such activities are organized and take place at Escola Estadual Castelo Branco; analyze how extra-class activities are organized and carried out, notably those intended for collective moments at school; and propose actions so that moments of collective planning are also aimed at teacher training, on topics relevant to the school, such as the appropriation of the results of external evaluations in which the school participates. To achieve the objectives, we approached the qualitative case study research methodology, carrying out semi-structured interviews with the Inspection Coordinator of the SRE of Coronel Fabriciano, as well as applying questionnaires to permanent teachers and those called up with at least two years of exercise at the school in question. The research made it possible to find some important findings, such as the importance of Module II having clear objectives and being direct. The teachers interviewed highlighted unnecessary and time-consuming topics in these meetings. Based on the results obtained, we will present an Educational Action Plan that responds to the demands of the management case and positively changes this very important space that are the Module II meetings. Six Actions were presented, namely: Initial meeting to study the regulations that guide the collective Module II meetings for teaching practice; Proposal of alignment meetings between school management and the pedagogical team in the preparation of the agendas and guidelines to be addressed in the Module II meetings; Survey with the Pedagogical Team and teachers on the most relevant

topics for continuing education in context; Creation of moments for sharing successful practices among teachers; Use of the computer lab as a space for conducting courses in a collective and integrated manner; Creation of training moments seeking partnerships with other institutions and using the potential of the teachers themselves. Finally, present the relevance of using this time in a meaningful way for sharing knowledge, planning, participating in collective meetings and professional improvement of teachers and the pedagogical team.

Keywords: in-service training; pedagogical meeting; continuing training.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da Cidade de Antônio Dias – MG	33
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Escolaridade dos professores da EECB	57
Gráfico 2 – Interesse dos professores da EECB em realizar outros cursos	58
Gráfico 3 – Forma como os professores se capacitam, dando continuidade nos seus estudos, para exercer a docência.....	61
Gráfico 4 – Participação de alguma capacitação nos últimos 2 anos	62
Gráfico 5 – Formação continuada em serviço	65
Gráfico 6 – Impacto das reuniões de módulo II na sua prática docente	68
Gráfico 7 – Participação dos professores desta escola nas reuniões de Módulo II...	71
Gráfico 8 – Opinião dos professores sobre a formação continuada em serviço nas reuniões pedagógicas do módulo II.....	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese dos marcos normativos nacionais sobre valorização docente e HTP	24
Quadro 2 – Comparação entre as Leis Estaduais nº 15.293/2004 e nº 20.592/201230	
Quadro 3 – Datas das reuniões de módulo II analisadas – 2º semestre de 2022	39
Quadro 4 – Pautas das reuniões Módulo II da Escola Estadual Castelo Branco, em 2022	40
Quadro 5 – Percepção dos professores sobre os impactos das capacitações/cursos que participou na sua prática em sala de aula.....	63
Quadro 6 – Temáticas que você considera importantes serem tratadas nas reuniões de Módulo II	66
Quadro 7 – Descrição da ação 1	77
Quadro 8 – Descrição da ação 2	79
Quadro 9 – Descrição da ação 3	81
Quadro 10 – Descrição da ação 4	83
Quadro 11 – Descrição da ação 5.....	84
Quadro 12 – Descrição da ação 6	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição por séries e etapas dos alunos da Escola Estadual Castelo Branco.....	34
Tabela 2 – Taxa de Participação dos Estudantes EECB nas Avaliações do PROEB e PROALFA – 2023.....	35
Tabela 3 – Proficiência Média dos Estudantes EECB no PROEB e PROALFA 2023..	35
Tabela 4 – Tempo total de experiência na docência.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
CEB	Câmara de Educação Básica
CF/88	Constituição Federal de 1988
CNE	Conselho Nacional de Educação
DED	Diário Eletrônico Digital
DF	Distrito Federal
EAD	Educação a Distância
EB	Educação Básica
EECB	Escola Estadual Castelo Branco
EEB	Especialista em Educação Básica
EF	Ensino Fundamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GS	Gabinete da Secretaria
HTP	Hora de Trabalho Pedagógico
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB/96	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996
M2	Módulo II
PEB	Professor de Educação Básica
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROALFA	Programa de Avaliação da Alfabetização
PROEB	Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica
SEE/MG	Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais
SIMADE	Sistema Mineiro de Administração Escolar
SIMAVE	Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública
SRE	Superintendência Regional de Ensino
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNIPAC	Universidade Presidente Antônio Carlos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	REUNIÕES PEDAGÓGICAS NO MÓDULO II: UM ESTUDO SOBRE A ESCOLA ESTADUAL CASTELO BRANCO – MG	21
2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMPO DO MÓDULO II POR MEIO DE MARCOS NORMATIVOS NACIONAIS	21
2.2	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMPO DO MÓDULO II POR MEIO DE MARCOS NORMATIVOS NAS LEGISLAÇÕES ESTADUAL DE MG	29
2.3	CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	32
2.4	O PLANEJAMENTO DAS REUNIÕES DE MÓDULO II NA ESCOLA ESTADUAL CASTELO BRANCO	37
3	DIRECIONAMENTOS E APONTAMENTOS DO MÓDULO II	45
3.1	DISCUSSÃO TEÓRICA	45
3.1.1	Formação continuada em contexto	45
3.1.2	A importância da gestão escolar nos momentos de formação em contexto	49
3.1.3	Planejamento estratégico e participativo	53
3.2	METODOLOGIA.....	55
3.3	ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	56
3.3.1	Caracterização da especialista e dos professores da EECB	56
4	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE): UMA PROPOSTA PARA A MELHORIA USO DO MÓDULO II COMO ESPAÇO PARA FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE PROFESSORES	75
4.1	AÇÃO 1: REUNIÃO INICIAL PARA ESTUDO DAS NORMATIVAS QUE NORTEIAM AS REUNIÕES COLETIVAS DE MÓDULO II PARA PRÁTICA DOCENTE.	76
4.1.1	Detalhamento da ação	77
4.2	AÇÃO 2: PROPOSTA DE REUNIÕES DE ALINHAMENTO ENTRE A GESTÃO ESCOLAR E EQUIPE PEDAGÓGICA NA ELABORAÇÃO DAS PAUTAS E ENCAMINHAMENTOS A SEREM TRATADOS NAS REUNIÕES DE MÓDULO II.....	78
4.2.1	Detalhamento da ação	79

4.3	AÇÃO 3: LEVANTAMENTO COM A EQUIPE PEDAGÓGICA E PROFESSORES SOBRE OS TEMAS MAIS RELEVANTES PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA EM CONTEXTO	80
4.3.1	Detalhamento da ação	81
4.4	AÇÃO 4: CRIAÇÃO DE MOMENTOS DE COMPARTILHAMENTO DE PRÁTICAS EXITOSAS ENTRE OS PROFESSORES	82
4.4.1	Detalhamento da ação	83
4.5	AÇÃO 5: UTILIZAÇÃO DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA COMO ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DE CURSOS DE FORMA COLETIVA E INTEGRADA.	84
4.5.1	Detalhamento da ação	84
4.6	AÇÃO 6: CRIAÇÃO DE MOMENTOS DE FORMAÇÃO BUSCANDO PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES E UTILIZANDO DAS POTENCIALIDADES DOS PRÓPRIOS PROFESSORES.....	85
4.6.1	Detalhamento da ação	86
	REFERÊNCIAS	91
	APÊNDICE A – Formulário	96
	ANEXO A – Calendário escolar de 2022	103
	ANEXO B – Planta da EECB	106

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo descreve como a equipe gestora da Escola Estadual Castelo Branco – MG, organiza e planeja os momentos de reuniões pedagógicas coletivas na escola. Tem por objetivo, após o cumprimento do percurso da pesquisa, apresentar proposições sobre como a gestão escolar pode planejar e organizar melhor essas reuniões pedagógicas, possibilitando maior participação e envolvimento dos profissionais, além de proporcionar momentos de formação em contexto de professores.

Isso se deve ao fato de que a utilização desses momentos de reuniões coletivas para troca de experiências entre os docentes para garantia de alcance de objetivos individuais e coletivos, oportuniza momentos específicos para criação de projetos e formações.

Nesse enfoque, para Imbernón (*apud* Mendes, 2008, p. 39), “há a necessidade de se criar [a] cultura da colaboração entre os profissionais para o desenvolvimento profissional da equipe escolar”. É possível perceber a importância da utilização deste tempo de forma significativa para compartilhamento de saberes, planejamento, participação em reuniões coletivas e aperfeiçoamento profissional dos professores e da equipe pedagógica.

Tais momentos são importantes, porém se faz necessário aperfeiçoar esse tempo do Módulo II (M2), fazendo desse horário uma oportunidade de aperfeiçoamento profissional e institucional. Percebo por meio da minha trajetória como profissional da educação, a necessidade de realizar reuniões mais produtivas, nas quais possa ser feita uma sondagem de estratégias ou de metas para melhorar, de fato, o aprendizado dos educandos, com as ações de formação continuada dos docentes da escola em serviço. O Módulo II são reuniões de caráter pedagógico que as escolas devem desenvolver atividades extraclasse, de caráter coletivo. Conforme instruído no Ofício Circular do Gabinete da Secretaria (GS) nº 2663/2016 são de cumprimento obrigatório pelos professores e devem ser programadas pela Direção Escolar, em conjunto com os Especialistas de Educação Básica (EEB), para o desenvolvimento de temas pedagógicos, administrativos ou institucionais de forma a atender às diretrizes do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola (Minas Gerais, 2016).

Sou graduada em Pedagogia desde 2010, pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC). Em 2014, me especializei em Esportes e Atividades Físicas Inclusivas Para Pessoas com Deficiência pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e em Gestão Escolar pela Universidade Fedra de Viçosa (UFV). Sou efetiva como Professora do Ensino Fundamental desde 2005 na rede municipal da cidade de Antônio Dias e na Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), no referido município. Desde 2019, sou gestora na Escola Estadual Germano Pedro de Souza, em Antônio Dias.

Como gestora, tenho como ponto focal a gestão pedagógica da escola porque a entendo como o pilar mais importante da gestão escolar, por estar ligada diretamente à atividade-fim da escola, atuando diretamente na formação e no desenvolvimento de competências e habilidades pessoais e profissionais nos alunos. Considerando a importância do pedagógico e do professor no processo de ensino-aprendizagem, observo a necessidade de um constante aperfeiçoamento deste profissional, em especial, a formação continuada em serviço, daí a importância do Módulo II, que constitui uma ferramenta indispensável nesse processo e, conseqüentemente, nessa pesquisa.

A escolha desse tema está diretamente relacionada ao meu interesse e experiência pedagógica da escola. Participei do Módulo II durante meus 15 anos como professora e nos últimos cinco anos como gestora da Escola Estadual Castelo Branco. Por ser parte integrante da equipe gestora da escola, venho constatando o quanto é importante e necessário planejar esses momentos para que eles sejam um encontro de interação e participação mútua. Ao participar destas reuniões, pude constatar que, na maioria das vezes, é priorizado a apresentação de assuntos administrativos e de organização escolar. Desta forma, percebi pouco envolvimento e participação dos professores em tomadas de decisões e sugestões, tanto no que se refere às questões administrativas, quanto nos aspectos pedagógicos.

Sobre a importância e contribuições desse tempo para o exercício profissional docente, Vasconcellos (2009) diz que, devido aos grandes desafios encontrados no cotidiano dos professores,

A escola não pode ser vista apenas como local de trabalho; deve ser ao mesmo tempo espaço de formação. É preciso investir prioritariamente na formação permanente e em serviço do professor,

para que possa ter melhor compreensão do processo educacional, postura e métodos de trabalho mais apropriados (Vasconcellos, 2009, p. 123).

Apesar de os momentos administrativos serem importantes, é perceptível a necessidade de utilizar esse momento para questões pedagógicas e trocas de experiências. Neste viés, é possível destacar a importância de realizar as reuniões de Módulo II de forma mais produtiva, trazendo, por exemplo, momentos de reflexões e análises acerca dos resultados obtidos nas avaliações externas e sua interface com currículo das escolas, promovendo, assim, ações para recomposição da aprendizagem dos alunos, formação em contexto e troca de experiências exitosas entre os professores.

Para que de fato isso ocorra é necessário que a equipe pedagógica realize um planejamento intencional com relação às pautas a serem discutidas, compartilhados e direcionados a fim de buscar estratégias e proporcionar formações em serviço.

Assim, este estudo tem como objetivo geral investigar como a equipe gestora, organiza e planeja os momentos de reuniões coletivas do Módulo II na escola, de modo a contemplar ações voltadas para a formação docente sobre temáticas relevantes ao contexto escolar.

A presente pesquisa tem como objetivos específicos:

- a) descrever como está prevista a organização das atividades extraclasse docentes, segundo as normativas da SEE/MG e como tais atividades são organizadas e acontecem na Escola Estadual Germano Pedro de Souza;
- b) analisar como é a organização e a realização das atividades extraclasse, notadamente, aquelas destinadas aos momentos coletivos na escola; e
- c) propor ações para que os momentos de planejamento coletivo, sejam voltados também para a formação docente, sobre temáticas relevantes para a escola, tais como a apropriação dos resultados das avaliações externas das quais a escola participa.

No que se refere à organização desse texto para qualificação, ele se organizará da seguinte forma: o Capítulo 1 corresponde a esta introdução. No Capítulo 2, é apresentado, de forma detalhada, como são realizadas as reuniões de Módulo II na Escola Estadual Castelo Branco, assim como os marcos normativos do

Brasil e de Minas Gerais, que regulamentam esses momentos de reunião. O capítulo 2 será dividido em quatro seções, sendo elas: 2.1 Contextualização do tempo do Módulo II por meio de marcos normativos nacionais; 2.2 Contextualização do tempo do Módulo II por meio de legislações estadual de MG. 2.3 Caracterização da Escola - Planejamento do Módulo II; 2.4 O Planejamento das reuniões de Módulo II na Escola Estadual Castelo Branco.

Já no Capítulo 3, abordaremos uma discussão teórica sobre a importância da formação continuada do professor, especialmente aquela realizada em contexto, ou seja, no próprio ambiente de trabalho e, em se tratando das escolas vinculadas à SEE/MG, nos momentos de reuniões de Módulo II. Será utilizado como metodologia nesta pesquisa, o estudo de caso de cunho qualitativo, bem como a realização de análise documental. Como instrumentos para a produção de dados, serão realizadas entrevistas semiestruturadas, com a Especialista da Escola Castelo Branco e aplicação de questionários aos professores na escola.

Nesse contexto, são elencados alguns autores que serão utilizados na seção 3.1, para embasar essa pesquisa, sendo eles: Fusari (1992); Alvarado-Prada, Freitas e Freitas (2010); Formosinho e Araújo (2011); Libâneo (2011); Machado e Rangel (2012); Lück (2009); Imbernón (2009); Vasconcellos (2009) para falar de formação continuada em serviço.

2 REUNIÕES PEDAGÓGICAS NO MÓDULO II: UM ESTUDO SOBRE A ESCOLA ESTADUAL CASTELO BRANCO – MG

Neste capítulo será apresentado de forma detalhada como são realizadas as reuniões de Módulo II na Escola Estadual Castelo Branco, assim como os marcos normativos que regulamentam esses momentos de reunião, tanto no que se refere ao contexto nacional, quanto estadual.

Para tanto, o capítulo será estruturado em quatro seções, da seguinte forma:

2.1 Contextualização do tempo do Módulo II por meio de marcos normativos nacionais; 2.2 Contextualização do tempo do Módulo II por meio de marcos normativos nas legislações estadual de MG; 2.3 Caracterização da Escola - Planejamento do Módulo II; 2.4 O Planejamento das reuniões de Módulo II na Escola Estadual Castelo Branco.

Por fim, para uma melhor compreensão do leitor, faremos uma caracterização da escola pesquisada e uma análise detalhada de como acontecem as reuniões pedagógicas na referida instituição.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMPO DO MÓDULO II POR MEIO DE MARCOS NORMATIVOS NACIONAIS

Dando início ao estudo sobre a política nacional trataremos de textos normativos no âmbito da valorização do trabalho docente, a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88) em seu artigo 206, quando retrata a “valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas” (Brasil, 1988, cap. III, art. 206, inc. V).

Reforçando o que menciona a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB/96), Lei nº 9.394/96, em seu artigo 3º inciso VII, propõe como princípio do ensino a “valorização do profissional da educação escolar” (Brasil, 1996, art. 3, inc. VII). Tal artigo é endossado pelo o artigo 67, quando assegura ao professor um “período reservado a estudos, planejamento e

avaliação, incluído na carga de trabalho” e, “condições adequadas de trabalho” (Brasil, 1996, art. 67, inc. V-VII).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, no capítulo sobre educação, sinalizações à valorização profissional são destacadas conforme o que está exposto em seu artigo 206, no inciso V e VIII:

V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; [...]

VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (Brasil, 1988, cap. 3, art. 206).

Nesse enfoque, apesar de a valorização profissional ter abrangido apenas os aspectos da carreira profissional e remuneração salarial, sem menção ao terceiro aspecto das reivindicações da classe de professores, que foi a questão da composição da jornada de trabalho, a inserção dos incisos “V” e “VIII” foram considerados uma grande conquista e avanço em relação aos direitos trabalhistas dos professores, dada a falta de especificações das constituições anteriores.

Nesta linha, oito anos após a promulgação da Constituição Federal, será reforçada, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a valorização do professor por meio do reconhecimento da jornada de trabalho destinada ao aperfeiçoamento profissional.

No que se refere à política do Módulo II, a LDB 9394/96, em seu artigo 67º, ratifica este direito ao atribuir aos sistemas de ensino a incumbência da promoção e valorização do profissional de educação (Brasil, 1996). Ademais, é enfatizado neste artigo que é de responsabilidade dos sistemas: a formação continuada, a reserva de tempo para estudos e planejamento dentro da carga horária e a garantia de condições adequadas de trabalho:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

- V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI - condições adequadas de trabalho (Brasil, 1996, art. 67).

Importante destacar que, o termo “formação continuada”, apareceu na redação da LDB/1996, com a promulgação da lei 12.056, de 13 de outubro de 2009 (Brasil, 2009); que dispôs sobre a formação dos profissionais da educação. Conforme o § 1º do art. 62 da LDB/1996, modificado pela lei 12.056/2009: “a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério” (Brasil, 2009, art. 1, § 1). Importante ressaltar ainda, que a formação inicial aqui destacada, se refere à graduação e à oferecida em nível médio, na modalidade “Normal” (Brasil, 1996).

Contudo, para uma melhor exemplificação e entendimento, está representado no Quadro 1, a síntese dos marcos normativos nacionais sobre valorização docente e Hora de Trabalho Pedagógico (HTP), elaborado por Almeida (2016):

Quadro 1 – Síntese dos marcos normativos nacionais sobre valorização docente e HTP

Marcos legais	Descrição
Constituição Federal de 1988.	Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
[LDB] nº 9394/96.	<p>Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VII – valorização do profissional da educação escolar;</p> <p>Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:</p> <p>I - Ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;</p> <p>II - Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;</p> <p>III - Piso salarial profissional;</p> <p>IV - Progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;</p> <p>V - Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;</p> <p>VI - condições adequadas de trabalho.</p> <p>§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico. (Incluído pela Lei nº 11.301, de 2006).</p>

Marcos legais	Descrição
<p>Resolução do CNE/CEB Nº 3 de 8 de outubro de 1997 que fixa as Diretrizes para os [Novos Planos de Carreira e de Remuneração] para o magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p>	<p>Art. 6º, inciso IV – a jornada de trabalho dos docentes poderá ser de até 40 (quarenta) Hora e incluirá uma parte de Hora de aula e outra de Hora de atividades, estas últimas correspondendo a um percentual entre 20% (vinte por cento) e 25% (vinte e cinco por cento) do total da jornada, consideradas como Hora de atividades aquelas destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica de cada escola;</p>
<p>Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação 2001- 2010.</p>	<p>Objetivos e Prioridades: 4. Valorização dos profissionais da educação. Particular atenção deverá ser dada à formação inicial e continuada, em especial dos professores. Faz parte dessa valorização a garantia das condições adequadas de trabalho, entre elas o tempo para estudo e preparação das aulas, salário digno, com piso salarial e carreira de magistério. Magistério da Educação Básica 10. Valorização dos professores e valorização do magistério 10.2 Diretrizes A valorização do magistério implica, pelo menos, os seguintes requisitos: * jornada de trabalho organizada de acordo com a jornada dos alunos, concentrada num único estabelecimento de ensino e que inclua o tempo necessário para as atividades complementares ao trabalho em sala de aula. 10.3 Objetivos e Metas 2. Implementar, gradualmente, uma jornada de trabalho de tempo integral, quando conveniente, cumprida em um único estabelecimento escolar. 3. Destinar entre 20 e 25% da carga horária dos professores para preparação de aulas, avaliações e reuniões pedagógicas.</p>
<p>Lei nº 11.494, em 20 de junho de 2007.</p>	<p>Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; Art. 2º Os Fundos destinam-se à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos trabalhadores em educação, incluindo sua condigna remuneração, observado o disposto nesta Lei.</p>

Marcos legais	Descrição
Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007 – Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.	<p>Art. 2º A participação da União no Compromisso será pautada pela realização direta, quando couber, ou, nos demais casos, pelo incentivo e apoio à implementação, por Municípios, Distrito Federal, Estados e respectivos sistemas de ensino, das seguintes diretrizes:</p> <p>XIII - implantar plano de carreira, cargos e salários para os profissionais da educação, privilegiando o mérito, a formação e a avaliação do desempenho.</p>
Lei nº 11.738/2008 ou Lei do Piso Salarial Nacional.	<p>Art. 2º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.</p> <p>§ 3º Os vencimentos iniciais referentes às demais jornadas de trabalho serão, no mínimo, proporcionais ao valor mencionado no caput deste artigo.</p> <p>§ 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.</p>

Marcos legais	Descrição
ADI 4.167/DF de 2011.	<p>Supremo Tribuna Federal Coordenadoria de Análise de Jurisprudência DJ nº 162 Divulgação 23/08/2011 Ementário nº 2572 – 01 ADI 4.167 / DF</p> <p>Ementa: Constitucional. Financeiro. Pacto Federativo e Repartição de Competência. Piso Nacional para os Professores da Educação Básica.</p> <p>Conceito de Piso: Vencimento ou remuneração global riscos financeiro e orçamentário.</p> <p>Jornada de Trabalho: Fixação do tempo mínimo para dedicação a atividades extraclasse em 1/3 da jornada.</p> <p>ARTS. 2º, §§ 1º E 4º, 3º, CAPUT, II E III E 8º, todos da Lei 11.738/2008.</p> <p>CONSTITUCIONALIDADE. PERDA PARCIAL DE OBJETO.</p> <p>1. Perda parcial de objeto desta ação direta de inconstitucionalidade, na medida em que o cronograma de aplicação escalonada do piso de vencimento dos professores da educação básica se exauriu (Arts. 3º e 8º da Lei 11.738/2008).</p> <p>2. É constitucional a norma geral federal que fixou o piso salarial dos professores do ensino médio com base no vencimento, e não na remuneração global. Competência da União para dispor sobre normas gerais relativas ao piso do vencimento dos professores da educação básica, de modo a utilizá-lo como mecanismo de fomento ao sistema educacional e de valorização profissional, e não apenas como instrumento de proteção mínima ao trabalhador.</p> <p>3. É constitucional a norma geral federal que reserva o percentual mínimo de 1/3 da carga horária dos docentes da educação básica para dedicação às atividades extraclasse. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente. Perda de objeto declarada em relação aos arts. 3º e 8º da Lei 11.738/2008.</p>

Marcos legais	Descrição
<p>Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Plano Nacional de Educação [PNE] 2014 a 2024.</p>	<p>Art. 2º São diretrizes do PNE: IX valorização dos (as) profissionais da educação; Meta 17: valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE. Estratégia 17.3) implementar no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, planos de Carreira para os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei 11.738 de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.</p>

Fonte: Almeida (2016, p. 33-36).

Com relação ao contexto nacional, é possível destacar o Plano Nacional de Educação como um importante instrumento orientador de todos os níveis de governo, por apresentar um diagnóstico da política e apresentar princípios, diretrizes, metas e estratégias a serem alcançadas pelos entes no enfrentamento dos problemas educacionais do país.

É possível perceber que as legislações nacionais têm avançado no que se refere ao tempo pedagógico como direito dos professores, as legislações ainda, retratam a necessidade de que momentos pedagógicos sejam utilizados para a formação continuada dos professores.

Em seguida, será abordado a contextualização do tempo do Módulo II por meio de marcos normativos nas legislações do estado de Minas Gerais.

2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMPO DO MÓDULO II POR MEIO DE MARCOS NORMATIVOS NAS LEGISLAÇÕES ESTADUAL DE MG

Nesta segunda seção trataremos de textos normativos no âmbito da organização do Módulo II nas escolas, a partir da Lei nº 7.109/1977 que atribui uma carga horária de 24 horas semanais, sendo estipuladas 18 horas para regência (Módulo 1) e 6 horas para planejamento (Minas Gerais, 1977). Em seguida será abordado o Ofício Circular GS SEE nº 2.663/2016 no que tange a forma como deve ser a organização do Módulo II nas escolas estaduais, assim como a figura do diretor escolar e sua responsabilidade no processo de coordenação, programação e desenvolvimento das atividades extraclasse, bem como seu controle na Guias de Ocorrências (Minas Gerais, 2016).

Neste sentido, em Minas Gerais, no Estatuto do Pessoal do Magistério Público, instituído pela Lei nº 7.109/1977, há determinação de que o professor tenha dois módulos de trabalho, sendo eles:

I - de Professor, o exercício concomitante dos seguintes módulos de trabalho: módulo 1: regência efetiva de atividades, área de estudo ou disciplina; módulo 2: elaboração de programas e planos de trabalho, controle e avaliação do rendimento escolar, recuperação dos alunos, reuniões, auto-aperfeiçoamento, pesquisa educacional e cooperação, no âmbito da escola, para aprimoramento tanto do processo ensino-aprendizagem, como da ação educacional e participação ativa na vida comunitária da escola (Minas Gerais, 1977, cap. 2, art. 13).

Em relação à atuação do diretor escolar, o Ofício nº 2.663/2016 descreve as competências inerentes ao cargo, dando ênfase ao seu papel de líder e responsável pela gestão pedagógica e administrativa da escola (Minas Gerais, 2016). De acordo com esse Ofício, é de responsabilidade do diretor o “processo de coordenação, programação e desenvolvimento das atividades extraclasse”, bem como seu controle na Guias de Ocorrências (Minas Gerais, 2016, p. [1]). Além dessas atribuições, também compete ao diretor escolar garantir o cumprimento efetivo do M2 na escola, observando a legislação, a realidade e as peculiaridades da escola (Minas Gerais, 2016).

Mediante a obrigatoriedade de se cumprir a Lei Nacional do Piso em 2008 e sua implantação em 2011, após Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.167/DF de 2011 (Brasil, 2011), houve a alteração a Lei nº 15.293/2004 (Minas Gerais, 2004) através da Lei nº 20.592, de 28 de dezembro de 2012, no que se refere aos artigos 33, 34, 35 e 36 (Minas Gerais, 2012). Além disso, no que se refere a carga horária do Professor de Educação Básica (PEB), o tempo destinado à docência passou de 18 para 16 horas, e as horas destinadas às atividades extraclasse, de 6 para 8 horas semanais, como exemplificação segue o Quadro 2 elaborado Silva (2020):

Quadro 2 – Comparação entre as Leis Estaduais nº 15.293/2004 e nº 20.592/2012¹

Lei nº 15.293/2004	Lei nº 20.592/2012 (pós-piso)
<p>Art. 33 A carga horária semanal de trabalho do servidor ocupante de cargo das carreiras dos Profissionais de Educação Básica será de:</p> <p>I – vinte e quatro horas para as carreiras de Professor de Educação Básica e Especialista em Educação Básica;</p> <p>§ 1º – A carga horária semanal de trabalho do Professor de Educação Básica compreenderá:</p> <p>I– dezoito horas destinadas à docência;</p> <p>II– seis horas destinadas a reuniões e outras atribuições e atividades específicas do cargo.</p>	<p>Art. 33 ...</p> <p>§ 1º A carga horária semanal de trabalho do Professor de Educação Básica compreenderá:</p> <p>- dezesseis horas destinadas à docência;</p> <p>- oito horas destinadas a atividades extraclasse, observada a seguinte distribuição:</p> <p>a) quatro horas semanais em local de livre escolha do professor;</p> <p>b) quatro horas semanais na própria escola ou em local definido pela direção da escola, sendo até duas horas semanais dedicadas a reuniões.</p>

¹ Localização das Leis Estaduais nº 15.293/2004 e nº 20.592/2012:
<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/15293/2004/?cons=1>
<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/20592/2012/>

Lei nº 15.293/2004	Lei nº 20.592/2012 (pós-piso)
Art. 34 O cargo efetivo de Professor de Educação Básica poderá ser provido, excepcionalmente, com carga horária igual ou superior a sete horas e inferior a vinte e quatro horas semanais, para um mesmo conteúdo curricular.	Art. 34 O cargo efetivo de Professor de Educação Básica poderá ser provido, excepcionalmente, com carga horária igual ou superior a oito horas semanais, sem ultrapassar o limite de vinte e quatro horas semanais para o mesmo conteúdo curricular.
Art. 35 A carga horária semanal de trabalho do Professor de Educação Básica, a que se refere o inciso I do caput do art. 33, poderá ser estendida em até cinquenta por cento, em conteúdo curricular para o qual o professor esteja habilitado, com valor adicional proporcional ao vencimento básico percebido, na forma do regulamento.	Art. 35 A carga horária semanal de trabalho do Professor de Educação Básica poderá ser acrescida de até dezesseis horas-aula, para que seja ministrado, na escola em que o professor esteja em exercício, conteúdo curricular para o qual seja habilitado.
Art. 36 A carga horária semanal de Professor de Educação Básica que, por exigência curricular, exceder as dezoito horas semanais será obrigatoriamente assumida pelo professor, que receberá valor adicional proporcional ao vencimento básico percebido, enquanto permanecer essa situação.	Art. 36 As aulas de um mesmo conteúdo que, por exigência curricular, ultrapassarem o limite do regime básico do professor serão atribuídas, obrigatoriamente, ao mesmo Professor de Educação Básica, enquanto permanecer nessa situação.

Fonte: Silva (2020, p. 38).

Nesse contexto, com relação às horas que devem ser utilizadas pelo professor nas atividades extraclasse, são de suma importância para um planejamento e capacitação do docente. Portanto, vale ressaltar que o professor poderá ser dispensado das reuniões de Módulo II na escola se participar de:

- a) cursos presenciais de curta duração, encontros e reuniões promovidas pela Secretaria de Estado de Educação (SEE), Superintendências Regionais de Ensino (SRE) ou realizadas pela SEE/SRE em parceria com outras instituições. Nestes casos, os professores deverão apresentar comprovante de participação nas atividades realizadas;
- b) cursos de curta duração, totalmente EAD ou semipresenciais, realizados pela SEE ou pelas SRE, pelo Ministério da Educação, por entidades parceiras conveniadas à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais ou Superintendências Regionais de Ensino, ou por outro Órgão Público Estadual, desde que o tema estudado esteja ligado ao trabalho do servidor. Também neste caso, os professores deverão apresentar comprovante de inscrição e ao final de cada módulo, a comprovação das atividades realizadas ou de conclusão;

c) [...] capacitação, formação continuada, a participação em cursos de iniciativa própria do professor [...] relacionados às atividades educacionais (Minas Gerais, 2016, p. [3-4]).

Face ao exposto, e considerando a importância da formação em serviço, podemos constatar uma abertura relevante para fomentar a formação continuada dos docentes fora do espaço escolar, no entanto, com um enfraquecimento das reuniões de Módulo II nas escolas, uma vez que possibilita a ausência dos professores.

Além disso, é importante destacar que “os dirigentes escolares devem registrar, mensalmente, nas Guias de Ocorrências (GO), as eventuais faltas dos professores decorrentes do não comparecimento às atividades extraclasse programadas pela Direção” (Minas Gerais, 2016, p. [7]).

2.3 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A presente seção é dedicada à apresentação da Escola Estadual Castelo Branco, no que se refere à sua estrutura física, público atendido, profissionais que atuam na unidade escolar. Além disso, são analisados os dados de desempenho discente nas avaliações em larga escala das quais a escola participou no ano de 2021, bem como os momentos de formação dos docentes e os documentos referentes às reuniões de Módulo II, sendo eles Atas e Pautas dos referidos encontros.

A referida escola está localizada no estado de Minas Gerais. A escola atende alunos oriundos de treze localidades próximas, sendo que duas são comunidades quilombolas (Comunidade do Indaiá e Comunidade do Baú), e as demais distribuídas em comunidades rurais

. A escola oferta a Educação Básica (EB) e profissional, sendo eles: Ensino Fundamental (EF) I e II, Ensino Médio (EM), Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Curso Técnico Profissionalizante em Administração. A seguir, incluímos uma imagem do contorno territorial da cidade de Antônio Dias, a fim de trazer uma dimensão espacial do município para a nossa discussão:

Figura 1 – Localização da Cidade de Antônio Dias – MG



Fonte: Google Maps

No que se refere ao espaço físico da escola, ela possui 1 refeitório amplo, 1 quadra esportiva coberta, 1 cozinha ampla, 13 salas de aula em funcionamento, 1 biblioteca ampla, 1 laboratório de informática, 1 laboratório de Ciências, sanitários femininos e masculinos, rampa de acesso para aluno cadeirantes, sanitários com acessibilidade e vestuário, como descrito no PPP (2022).

Em 2022 a escola possuía 22 (vinte e duas) turmas, sendo 4 (quatro) do Reforço Escolar, 12 (doze) do Ensino Fundamental, 4 (quatro) do Ensino Médio, 1 (uma) de EJA e 1 (uma) do Curso Técnico em Administração (Projeto [...], 2022). A escola possuía em 2022 um total de 367 (trezentos e sessenta e sete) alunos distribuídos da seguinte forma (Tabela 1):

Tabela 1 – Distribuição por séries e etapas dos alunos da Escola Estadual Castelo Branco

2024					
MANHÃ – Ensino Fundamental e Médio		TARDE – Ensino Fundamental e Médio		NOITE – EJA e Curso Técnico em Administração	
Turma	Total de alunos	Turma	Total de alunos	Turma	Total de alunos
1º ANO EF	15	6º ANO EF	29	EJA	14
2º ANO EF	20	7º ANO EF	31	Curso Téc.	30
3º ANO EF	20	8º ANO EF	23	Curso Téc.	30
4º ANO EF	17	9º ANO EF	27		
5º ANO EF	20	1º ANO EM	22		
8º ANO EF	20	2º ANO EM	34		
9º ANO EF	20	3º ANO EM	24		
1º ANO EM	18				

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Os alunos matriculados na escola, conforme tabela 1, são oriundos do município de Antônio Dias e de Santa Maria de Itabira: Prainha, Jardim, Japuré, Caeiros, Baú (Comunidade Quilombola), Leandros, Roseira, Lagoa-Verde, Gongo, Trindade, Indaiá (Comunidade Quilombola), Queiroz, Limeira, Pedras, Tatu, Cuité. A escola contava em 2022 em seu quadro de pessoal com 34 (trinta e quatro professores), 3 (três) Especialistas em Educação Básica, 1 (um) diretor e 1 (um) vice-diretor, no total dos professores 10 são efetivos e 14 são convocados (Projeto [...], 2024).

No que se refere ao desempenho dos alunos, é importante destacar que as avaliações externas – como o Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA) e o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB) – são um recurso de suma importância para geração de dados de desempenho discente para a escola e os professores, e esses dados são ferramentas importantes de intervenção e que devem ser explorados nas reuniões de Módulo II. Analisando os dados do ano de 2023, é possível perceber que as participações dos alunos nas avaliações são acima de 80%², conforme Tabela 2:

² Os dados específicos da EECB referentes ao resultado das avaliações podem ser acessados por profissionais da educação por meio de *login* e senha no Portal SIMAVE. Dados do Estado de Minas Gerais e de cada SRE podem ser visualizados no volume 2 da coleção SIMAVE 2023 (Minas Gerais, 2023).

Tabela 2 – Taxa de Participação dos Estudantes EECB nas Avaliações do PROEB e PROALFA – 2023

ETAPA	PARTICIPAÇÃO (%)
2º Ano EF (PROALFA)	100
5º Ano EF (PROEB)	100
9º Ano EF (PROEB)	95
3º Ano EM (PROEB)	93

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Verificou-se que os alunos apresentaram participação acima de 80% nas avaliações realizadas em 2021 em todas as etapas. Na Tabela 3 apresentam-se os dados da Proficiência média dos alunos no ano de 2021, nas avaliações mineiras, ou seja, PROEB e PROALFA.

Tabela 3 – Proficiência Média dos Estudantes EECB no PROEB e PROALFA 2023

ETAPA	PROFICIÊNCIA MÉDIA	
	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA
2º Ano EF (PROALFA)	566	614
5º Ano EF (PROEB)	254	265
9º Ano EF (PROEB)	227	247
3º Ano EM (PROEB)	268	279

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Analisando a tabela, é possível constatar que, em 2023, com relação ao 2º ano do EF, no PROALFA, os alunos alcançaram a proficiência maior do que o Estado de Minas Gerais em Português e Matemática, sendo que em Língua Portuguesa a EEGPS alcançou uma proficiência de 601 sendo que o Estado de Minas Gerais alcançou 556 (Minas Gerais, 2023). Já em Matemática nesta mesma turma a EECB alcançou uma proficiência de 614 sendo que o Estado de Minas Gerais alcançou 560 (Minas Gerais, 2023). Portanto, nesta turma foi possível constatar que os alunos alcançaram as habilidades e capacidades do ano de escolaridade.

Ainda analisando a tabela de proficiência, é possível constatar que na turma do 5º ano do EF no PROEB em 2023 os alunos apresentaram em Matemática um resultado superior ao do Estado de Minas Gerais em Matemática alcançando 265 e o estado 224 (Minas Gerais, 2023). Já em Língua Portuguesa a escola alcançou 254 e o estado 219, apresentando uma proficiência maior que o estado (Minas Gerais, 2023). Na turma do 9º ano do EF, a EECB alcançou uma proficiência menor que o estado em Língua Portuguesa, sendo que em Língua Portuguesa alcançou 227 e o estado 240, já em Matemática a escola alcançou um índice maior que o estado alcançando 247 e o estado 246 (Minas Gerais, 2023). Por último, na turma do 3º ano do EM a escola alcançou uma proficiência maior que o estado em Língua Portuguesa, sendo que em Língua Portuguesa 268 e o estado 255, e em Matemática alcançou em proficiência 279 e o estado 257 (Minas Gerais, 2023).

Com relação à distribuição por padrões de desempenho, fazendo uma análise específica do 9º Ano do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa, é possível constatar que entre Estado, Município, SRE e Escola, no PROEB/2023 a escola analisada apresenta resultados melhores. Apesar de ter 6% dos estudantes na categoria “Avançado” enquanto o município tem 8%, a SRE tem 7% e o Estado tem 5%, o percentual de estudantes no padrão “Recomendado” na escola (38%) é maior do que o do município (33%), a SRE (31%) e o estado (26%) (Minas Gerais, 2021). Analisando esse exemplo é possível constatar que ainda há ações que podem ser pensadas pelos profissionais que atuam na escola para melhorar a aprendizagem dos estudantes, uma vez que 44% deles ainda estão na categoria “intermediária” e 12% no Baixo”, ou seja, temos 56% dos alunos da escola nas categorias mais baixas de desempenho.

Para tanto, destaco mais uma vez a importância de momentos de formação, análise e planejamento em momentos de Módulo II, por meio de ações conjuntas com o objetivo de analisar e projetar intervenções pedagógicas a fim de reduzir o número de alunos com baixos padrões de desempenho.

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a Escola alcançou o IDEB³ de 4,5 no Ensino Médio; 4,9 nos Anos Finais do Ensino

³ O IDEB é um indicador nacional que “possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, [...] é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho dos estudantes nos exames aplicados pelo Inep” (Brasil, c2018, recurso *online*).

Fundamental e 5,7 no Anos Iniciais do Ensino Fundamental (IDEB, c2024). Segundo a análise do Projeto Político Pedagógico da escola, a meta do IDEB da escola, para o ano de 2021, no Ensino Fundamental Anos Iniciais era 6,6 a escola alcançou uma nota de 5,7; a meta para o Ensino Fundamental Anos Finais era 5,5 a escola alcançou 4,9 e a meta para o Ensino Médio era 5,2 a escola alcançou 4,5 (PPP, 2022).

Face a esses dados, é possível constatar que ainda há muito a ser pensado e feito a fim de levar a escola a alcançar a meta projetado do IDEB para o próximo ano. Um importante espaço para que isso aconteça é justamente a formação em serviço, que pode proporcionar momento de estudo, reflexão e planejamento entre os profissionais.

2.4 O PLANEJAMENTO DAS REUNIÕES DE MÓDULO II NA ESCOLA ESTADUAL CASTELO BRANCO

Nesta subseção, a ênfase será o baixo aproveitamento das reuniões pedagógicas de módulo II na escola em que atuo como gestora, como espaços para a realização de ações de capacitação e de formação em contexto.

Dentre as ações necessárias para o enfrentamento dos atuais problemas escolares, está a formação docente, entendida como espaço de reflexão crítica e coletiva. Nesse aspecto, o ambiente escolar também é espaço propício e rico para formação contínua dos professores.

No período pandêmico⁴, na Escola Estadual Castelo Branco, foi exigido da gestão da escola, assim como dos docentes que ali ministravam suas aulas, uma ressignificação de suas práticas, de modo a atender às demandas pedagógicas para propiciar aos alunos um novo cenário de aulas por meio de plataformas digitais.

A escola passou a empregar o sistema remoto como formato de educação, residiu aí o maior desafio: o acesso à internet. A escola atende 83% de alunos oriundos de alguma comunidade rural e nessas áreas rurais este acesso é baixíssimo ou zero, seja pela indisponibilidade do serviço, ou pela situação de

⁴ A pandemia de COVID-19, causada pelo vírus COVID-19, também chamado de Coronavírus, sendo que em 2020 resultou em uma pandemia que atingiu todo o mundo, e com isso, uma das práticas propostas por órgãos da saúde como forma de minimizar o contágio foi o isolamento social, através do fechamento das escolas, comércios não essenciais e a paralisação de diversas outras atividades (Klinczak, 2024).

vulnerabilidade econômica das famílias que ali vivem. Em algumas regiões onde os alunos residiam, não havia acesso à internet ou, quando existia, era de baixa qualidade. Tínhamos, então, uma situação crítica quanto ao uso das tecnologias.

Diante do exposto, ficou visível que a pandemia não afetou apenas a saúde, mas principalmente a educação, exigindo dos profissionais da Escola Estadual Castelo Branco uma assídua busca por uma educação de qualidade. Dessa forma, em um curto espaço de tempo, os discentes se depararam em uma era radicalmente nova de aprendizagem, na qual a educação se tornou virtual. Entretanto, para que os alunos não fossem prejudicados em sua educação, a exigência se concentrou em aspectos, como: inovação, parceria e altruísmo.

Nesse entendimento, a falta de dispositivo e de acesso à internet nos domicílios dos alunos foram apontadas pela equipe pedagógica e discentes da escola como os maiores desafios para manter as aulas durante a pandemia. Portanto, nesse período as atividades impressas foram uma solução temporária para minimizar os impactos da falta de internet. No entanto, na maioria dos casos, essas atividades careciam de elucidações dos professores para que as crianças obtivessem êxito em resolvê-las. Diante desse impasse, viu-se a necessidade de momentos de encontros pedagógicos para troca de conhecimentos e experiências exitosas, viu-se a necessidade de reinventar/ressignificar a prática pedagógica.

Ressignificar uma prática demanda um tempo consideravelmente extenso. No momento da pandemia, os professores tiveram de aprender, em um curto prazo de tempo, as especificidades das plataformas digitais, para se aproximar dos alunos e colegas de trabalho. No entanto, foi através dessa limitação do tempo que se observou a necessidade de utilizar dos momentos online para a troca de aprendizagens entre os docentes, utilizando para tanto o Módulo II.

Durante esse momento, foram estudados temas como o planejamento e a avaliação do processo de ensino e aprendizagem para serem discutidos no cumprimento das horas destinadas às reuniões de caráter mais coletivo, ou seja, reuniões com todos os professores e demais profissionais da escola envolvidos no processo no processo de ensino aprendizagem.

Na Escola Estadual Castelo Branco, o Módulo II foi de suma importância para minimizar os impactos da pandemia e utilizado atualmente para tratar de diversos assuntos que impactam a educação e a realidade da escola. Ele é realizado semanalmente, sendo todas as quartas-feiras, de dezessete às dezenove horas.

Devem participar da reunião todos os professores da escola desde o Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio, EJA e Curso Técnico. No Quadro 3, estão destacadas as reuniões que foram realizadas em 2022 na EECB, conforme o Calendário Escolar (Anexo A).

Quadro 3 – Datas das reuniões de módulo II analisadas – 2º semestre de 2022

Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Dia 20	Dia 3	Dia 14	Dia 5	Dia 2	Dia 7
Dia 27	Dia 10	Dia 21	Dia 19	Dia 9	Dia 14
	Dia 24	Dia 28	Dia 26	Dia 16	Dia 21
	Dia 31			Dia 20	

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Como a escola atende a diferentes segmentos educacionais tratamos coletivamente de assuntos pertinentes a todas as etapas de ensino, como por exemplo os resultados das avaliações externas (PROEB, PROALFA, Prova Brasil) e como utilizar a ferramenta do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE) nas análises de resultados dos alunos como forma de intervenção pedagógica, em todos os Módulos após serem tratados assuntos comuns a todos os seguimentos, os grupos se separam para tratar de assuntos afins a seus segmentos. Assim, conforme as atas analisadas, o planejamento e a avaliação do processo de ensino e aprendizagem são os temas principais que são discutidos no cumprimento das horas destinadas às reuniões de caráter mais coletivo, ou seja, reuniões com os todos os professores e demais profissionais da escola, envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Durante o período pandêmico, o Módulo II ganhou uma nova roupagem, no qual utilizamos a plataforma *Google Meet* para realizar as reuniões. Elas eram registradas por meio de Atas e os professores assinavam as listas de presença por meio do *Google Forms*, voltando-se para um momento de aprendizagem e reflexão da equipe pedagógica e docente. Foram propostas reflexões sobre as mídias digitais tais como: *Google Meet*, *BI*, *Classroom*, entre outras. Foi possível perceber que essa necessidade do estudo dessas ferramentas tecnológicas e o compartilhamento de conhecimentos entre os pares, durante a pandemia, foram de suma importância para a continuidade de ambientes de formação e troca de conhecimentos durante o Módulo II na EECB.

Analisando as pautas das reuniões de Módulo II na referida escola, foi possível perceber que não há detalhamento em suas Atas das conclusões dos assuntos tratados, o que dificulta compreender se os envolvidos de fato debateram sobre os assuntos e se todos os segmentos estavam envolvidos nas temáticas. Os momentos são usados para abordar assuntos pedagógicos, porém foi possível perceber que em muitos deles há apenas o repasse de informações e poucos são aqueles dedicados à discussão, formação e deliberações em grupo. Além disso, cabe destacar que não foram encontrados registros de Atas com deliberações das reuniões, apenas as pautas destacando os assuntos que deveriam ser tratados de forma sucinta, como destacado no Quadro 4.

Quadro 4 – Pautas das reuniões Módulo II da Escola Estadual Castelo Branco, em 2022

DATA	Pauta do Módulo II da EECB
20/07	Intervenção Pedagógica, busca ativa dos estudantes, Preenchimento do DED, Intervenção Pedagógica.
27/07	Recuperação Paralela, busca ativa, cronograma de intervenção pedagógica.
03/08	1º Momento divulgação da inscrição para o segundo curso da Trilha Pedagógica EJA Novos Rumos. 2º Momento: Reunião com responsáveis – Pauta: Mensagem Colcha de retalhos – Avaliações Globais.
10/08	1º Momento, orientação sobre os dias 12 de agosto a 18 de agosto serão destinados às atividades da “Semana Estadual das Juventudes”, instituída pela Lei nº 22.413 de 2016; 2º Momento: Especialistas destacam a importância do fechamento do DED.
24/08	1º Momento: Repasse aos professores sobre libera a liberação no Diário Escolar Digital - DED, no menu Novo Ensino Médio a funcionalidade Carga Horária Única para registro da frequência dos estudantes.
31/08	1º Momento: Leitura do documento orientador 2022 do Conselho de Representantes de Turma e as orientações para elaboração do Plano de Ação.
14/09	1º Momento: Informe das especialistas sobre a organização para aplicação da 2ª Avaliação Trimestral 2022
21/09	1º Momento: Informar aos professores do resultado do SAEB 2021. 2º Momento: Conselho de Classe referente ao Terceiro Bimestre – Recuperação paralela, Alunos em progressão parcial, Intervenção Pedagógica.
28/09	1º Momento: Importância dos Professores realizarem a inserção dos gabaritos referente a Segunda Avaliação Trimestral dentro do prazo que finaliza dia 30/09.
05/10	1º Momento: Repasse sobre a realização da 2ª fase da 17ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas 2022 (OBMEP).

DATA	Pauta do Módulo II da EECB
19/10	Reunião com pais e responsáveis – Pauta: Frequência, Resultado final dos alunos, comportamento dos alunos, importância da participação da família na escola.
26/10	Pauta – 1º Momento: Repasse de Orientações Complementares - Fortalecimento das Aprendizagens 4º Bimestre.
02/11	Pauta – 1º Momento: Repasse das datas das Avaliações sistêmicas, PROEB: 5º e 9º anos do EF; 3º ano do EM - Língua Portuguesa e Matemática (09/11) PROALFA: 2º ano do EF - Língua Portuguesa (09/11) 2º ano do EF - Matemática (10/11). 2º Momento: Especialistas orientaram sobre preenchimento do DED, Assinatura do livro de Módulo II.
09/11	Pauta – 1º Momento: explicação para os professores sobre os dias 16 de novembro a 18 de novembro: que serão destinados às atividades da “Semana de Educação para a vida” - instituída pela Lei Federal nº 11.988 de 2009, na qual devem ser incluídas atividades que atendem ao disposto na Lei Nº 12.519, de 10 de novembro de 2011 ao Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro. 2º Momento: Leitura do Memorando-Circular nº 4/2022/SEE/SB - Orientações complementares para o Conselho de Classe Final 2022.
16/11	Pauta – 1º Momento: Oficina realizada pelos professores sobre competências, habilidades e interdisciplinaridade nas áreas do conhecimento. 2º Momento: Repasse do cronograma de Avaliações globais do 4º bimestre, as Avaliações serão por área do conhecimento. Preenchimento do DED.
30/11	Pauta – Recuperação Paralela com vista nas Avaliações aplicadas, Busca ativa dos estudantes que não realizaram as avaliações.
07/12	Pauta – 1º Momento: Finalização, juntamente com os professores, do Portfólio plano de ação de representante de turma. 2º Momento, divulgação do “Seminário Estadual de Práticas Exitosas Educadores EJA 2022” promovido pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), por meio da Coordenação da Educação de Jovens e Adultos.
14/12	Conselho de Classe Final
21/12	Pauta - Estudos Independentes – Reclassificação por frequência – Progressão parcial – Fechamento do DED.

Fonte: Elaborado pela autora (2022), a partir do livro de Módulo II da escola.

Contudo, fazendo uma análise do calendário da escola, é possível perceber que os assuntos tratados nas pautas são, em maior parte, relacionados às demandas imediatas, ou seja, de acordo com o que deve ser executado naquele período.

Diante disso, é possível perceber, por meio das pautas das reuniões, que nos dias 03/08 e 16/11 foram levantadas tratativas relacionadas a intenções de formação continuada de professores, como a divulgação dos cursos ofertados pelo Trilha

Pedagógica EJA Novos Rumos e uma proposta de trabalho interdisciplinar entre os professores. No entanto, não foi possível evidenciar o envolvimento dos docentes e o interesse dos mesmos em realizar a formação, tão pouco opinar sobre o trabalho interdisciplinar proposto, pois não há registros que mencionem quais os desdobramentos alinhados nas reuniões de Módulo II.

Ainda analisando o quadro das reuniões de Módulo II é possível constatar que os encontros dos dias 21/09 e 16/11 são os únicos nos quais foi mencionada a temática das avaliações externas. Tais menções tratam de avisos sobre inserção de gabaritos e datas em que as avaliações do PROEB e PROALFA seriam aplicadas na escola. Entendo que fazer tratativas da organização é importante, no entanto, para que as reuniões sejam de fato produtivas, é necessário utilizar esse momento para análise de resultados de avaliações anteriores, mapeamento de capacidades que os alunos mais erraram, ou seja, para a apropriação e uso dos resultados das avaliações, a fim de propor ações para recomposição das aprendizagens e intervenção pedagógica buscando a superação das dificuldades apresentadas pelos discentes.

Utilizar os momentos de Módulo II para a formação continuada é essencial para troca de experiências e aperfeiçoamento profissional entre os docentes, no entanto, observando as pautas da EECB é possível perceber que poucos momentos foram destinados a essa formação ou incentivo da mesma.

De acordo com Nóvoa (1992, p. 26), “a troca de experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua, nos quais cada professor é chamado a desempenhar, simultaneamente, o papel de formador e de formado”. Nesse entendimento, as reuniões pedagógicas de Módulo II se caracterizam como um momento essencial para essa troca de saberes e experiências entre os pares, no qual a formação continuada em serviço possibilita que o tempo seja utilizado de forma objetiva e produtiva. Nessa perspectiva, o gestor tem a oportunidade de desenvolver um trabalho em equipe focado na gestão de resultados, trazendo para as reuniões coletivas do Módulo II ações intencionais no planejamento estratégico da escola, utilizando tal espaço para aprimoramento profissional e maior engajamento da equipe. Para tanto, faz-se necessário que a equipe gestora valorize tais reuniões, conduzindo-as de forma clara e objetiva, não só para assuntos administrativos, como também para a formação profissional de sua equipe. Para Imbernón,

as propostas de formação centradas nas escolas devem compreender que o professor é sujeito de sua formação, sujeito este que possui um conhecimento prático, um quadro teórico construído a partir de sua prática e que não pode ser desconsiderado nos projetos de formação em serviço. Além disso, há a necessidade de se criar a cultura da colaboração entre os profissionais para o desenvolvimento profissional da equipe escolar (Imbernón *apud* Mendes, 2008, p. 39).

Ainda sobre a formação continuada na escola, para Paquay *et al.* (2001),

o professor aperfeiçoa sua prática profissional ao exercê-la. Certos conhecimentos são acessíveis apenas no local de trabalho. Estratégias que favoreçam o aprendizado podem ser exploradas no local de trabalho. É o caso, por exemplo, de confrontação de práticas e de análise de situações com os colegas, como também da realização de projetos em equipe no estabelecimento. Elas supõem locais e momentos específicos para poderem ser estabelecidas (Paquay *et al.*, 2001, p. 85).

Assim, a utilização desses momentos de reuniões coletivas para troca de experiências entre os docentes é essencial para garantia de alcance de objetivos individuais e coletivos, oportunizando momentos específicos para criação de projetos e formações.

Ao considerar a responsabilidade que o Ofício nº 2.663/2016 traz ao diretor escolar, quanto à política de Módulo II, é possível observar, no decorrer da pesquisa, que a logística adotada pela escola, para a prática dessas ações, não favorece o trabalho desse profissional. Possivelmente o fato que a escola possui um grande número de professores regentes de aulas pode ser um fator que dificulta consideravelmente o cumprimento de tais atribuições. Especificamente na escola analisada, essa situação tem um agravante de ter professores que trabalham geralmente em mais de uma escola e em turnos diferentes.

Diante dessa realidade da escola, é possível observar o quanto é complexo a condução e garantia da prática do Módulo II desses profissionais no decorrer de um ano letivo. Nesse sentido, ao fazer uma análise do livro de cumprimento de Módulo II da Escola Estadual Germano Pedro de Souza, observa-se a dificuldade desse cumprimento, visto que se observou, que em torno de 15% dos professores que compunham o quadro de escola não tinham a assinatura nos módulos que eram feitos semanalmente. Com relação a formação continuada dos professores fora da

escola, identificou-se por meio da pasta pessoal dos servidores que muitos apresentam diversos certificados de formações fornecidas pela SRE, Secretaria Estadual de Educação e faculdades. No entanto, não foi localizada na escola uma ferramenta ou registro dessas formações que configuraria uma importante ferramenta de observação e acompanhamento.

Por fim, esta pesquisa traz a confirmação de que as reuniões tiveram valor primordial durante a pandemia da covid-19 na Escola Estadual Castelo Branco, pois, em função delas, foi possível a continuidade da conexão entre professores e alunos, possibilitando as interações de forma sincrônica, a partilha de experiências, de conhecimento, ideias, dúvidas, problemas, soluções.

3 DIRECIONAMENTOS E APONTAMENTOS DO MÓDULO II

Neste capítulo, de caráter analítico, apresentaremos os pressupostos teóricos e metodológicos que dão suporte às discussões do presente estudo.

3.1 DISCUSSÃO TEÓRICA

Este referencial teórico dedicar-se-á em fazer uma exposição teórica sobre a importância da formação continuada do professor, especialmente em contexto, ou seja, no próprio ambiente de trabalho, nos momentos de reuniões de Módulo II. Nesse contexto, optamos por alguns autores que dialogam com a temática dessa pesquisa, sendo eles: Fusari (1992); Alvarado-Prada, Freitas e Freitas (2010); Formosinho e Araújo (2011); Libâneo (2011); Oliveira-Formosinho (2016), Machado e Rangel (2012); Lück (2009); Imbernón (2009); Vasconcellos (2009) para falar de formação continuada em contexto.

Todos esses autores irão contribuir com reflexões sobre o papel da gestão escolar em todo esse processo, os impactos do trabalho em equipe nas ações e projetos da escola, bem como sobre a importância da formação em contexto do professor.

3.1.1 Formação continuada em contexto

Ampliando a definição de *formação continuada em contexto*, e formação continuada de forma geral, utilizada na introdução, será aprofundada essa compreensão ao longo desse capítulo. Para tanto, Oliveira-Formosinho (2016, p. 93) pontua e afirma que “a formação em contexto conceptualiza-se como uma forma de mediação pedagógica para o desenvolvimento profissional praxiológico⁵, isto é, assume que a teleologia da formação de educadores reside na sua orientação para a educação das crianças”, e acrescenta enfatizando que “a formação em contexto é,

⁵ “Relativo à praxiologia, estudo da conduta humana que tem como objetivo entender as causas e as consequências das ações do indivíduo, de forma a poder controlar ou induzir comportamentos que beneficiem a sociedade como um todo” (Praxiológico, c2009-2024, recurso *online*).

portanto, uma formação situada, no aqui e agora da instituição que é o centro educativo, no cotidiano do fazer pedagógico”.

Sendo assim, podemos considerar a formação continuada em contexto toda ação para crescimento profissional dos professores, sendo um modelo formativo que caracteriza os profissionais como sujeitos ativos da sua formação e não como meros receptores. Nessa perspectiva, é extremamente importante que esses momentos de formação ocorram nas reuniões de Módulo II, visto que eles se caracterizam como uma ferramenta essencial nesse processo, pois através das reuniões coletivas é possível promover trocas de experiências entre os docentes, alcance de objetivos individuais e coletivos, e que sejam oportunizados momentos específicos para criação de projetos, formações e atualização de documentos importantes como Projeto Político Pedagógico (PPP) e Regimento Escolar. Nesse enfoque, Oliveira-Formosinho traz uma visão importante sobre formação em contexto, centrada na realidade do cotidiano escolar:

A formação em contexto é, portanto, uma formação situada, no aqui e agora da instituição que é o centro educativo, no cotidiano do fazer pedagógico. Orienta-se para uma pedagogia explícita com a infância, requer uma pedagogia situada para os profissionais. Propõe que essa pedagogia situada seja da família das pedagogias participativas, com claro conhecimento do porquê da rejeição da pedagogia tradicional que advém da tomada de consciência crítica sobre o que se considera não-pedagogia (Oliveira-Formosinho, 2016, p. 93).

Nesse sentido, é possível constatar o quão importante é a promoção dessas formações no dia a dia escolar, e a utilização do Módulo II como ferramenta essencial nesse processo. A formação docente no contexto escolar se torna uma estratégia essencial para contribuir com o processo de formação e oportuniza aprendizados referentes as metodologias educacionais, bem como aos procedimentos obtidos para as práticas desenvolvidas em sala de aula e em sociedade. Assim, nesse processo de formação, os professores buscam, cada vez mais, oportunidades de novas estratégias de ensino. Do ponto de vista de Wengzynski e Tozetto,

O professor enquanto sujeito do contexto educativo, cujas ações são tomadas de maneira intencional é formado em consonância com os objetivos postos pela sociedade e estas demandam as práticas as

quais esses professores serão portadores. Uma realidade a ser transformada acontece por meio das ações que os docentes realizam em educação manifestando-se e transformando o que acontece a sua volta (Wengzynski; Tozetto, 2012, p. 4).

Nesse enfoque, é importante compreendermos o que seria essa formação docente no contexto escolar. Para tanto, vamos elencar a definição dada por Oliveira-Formosinho (2009 *apud* Formosinho; Araújo, 2011), que vê essa formação na perspectiva do desenvolvimento profissional dos professores, sendo este:

um processo contínuo de melhoria das práticas docentes, centrado no professor, ou num grupo de professores em interação, incluindo momentos formais e não formais, cuja preocupação é promover mudanças educativas em benefício dos alunos, das famílias e das comunidades (Oliveira-Formosinho, 2009, p. 226 *apud* Formosinho; Araújo, 2011, p. [14]).

Nessa perspectiva, podemos considerar como formação continuada aquela que diz respeito ao desenvolvimento contínuo e permanente do professor, em uma perspectiva que contempla o individual e o profissional, no coletivo, de maneira contínua e eficiente, em que o compromisso e a responsabilidade com a profissão estejam no centro de todas as ações desenvolvidas na formação.

De acordo com essa perspectiva, toda ação que objetiva a melhoria da prática docente e proporciona melhores resultados, tanto internos como externos, no que se refere à aprendizagem dos alunos, deve ser considerada ao planejar as pautas e deliberações do Módulo II.

Do ponto de vista de Wengzynski e Tozetto,

a formação continuada contribui de forma significativa para o desenvolvimento do conhecimento profissional do professor, cujo objetivo entre outros, é facilitar as capacidades reflexivas sobre a própria prática docente elevando-a a uma consciência coletiva. A partir dessa perspectiva, a formação continuada conquista espaço privilegiado por permitir a aproximação entre os processos de mudança que se deseja fomentar no contexto da escola e a reflexão intencional sobre as conseqüências destas mudanças (Wengzynski; Tozetto, 2012, p. 3).

Sob essa ótica, percebemos que o professor assume um papel central no processo da formação continuada em serviço, favorecendo momentos de troca de conhecimentos, criação de projetos e desenvolvendo o coletivo, que é essencial no

ambiente escolar. Portanto, a garantia de que esses momentos de formação continuada aconteçam nas escolas é imprescindível. Para isso, é importante que a gestão escolar garanta esses momentos de formação continuada, principalmente nas reuniões de Módulo II e conselhos de classe.

Tendo em vista a garantia dos momentos de formação continuada dos professores, cabe ressaltar o Capítulo VI da Lei nº 9.394/96, intitulado “Dos profissionais da Educação” (Brasil, 1996). O capítulo contém seis artigos, sendo que um deles trata especificadamente das questões relacionadas à formação de professores.

Ratificando tais pensamentos, os autores Alvarado-Prada, Freitas e Freitas (2010) ressaltam que, entendendo que o desenvolvimento humano acontece no processo de aprendizagem e vice-versa, a formação é também um processo de desenvolvimento humano e, portanto, profissional:

No caso dos docentes, estes se desenvolvem principalmente nos contextos de seu trabalho exercido na instituição escolar onde criam relações alicerçadas em estruturas complexas que as sustentam ou permitem sua alteração. Nesse sentido, espera-se que a formação continuada contribua com a manutenção, criação e alteração das relações estruturantes e estruturadoras do desenvolvimento profissional do coletivo docente na instituição escolar (Alvarado-Prada; Freitas; Freitas, 2010, p. 370).

Nesse sentido, para os autores, a formação docente é uma contínua caminhada dos profissionais da educação, em cujo caminhar atuam todas as suas dimensões individuais e coletivas de caráter histórico, biopsicossocial, político, cultural, própria de seres integrais e autores de sua própria formação (Alvarado-Prada; Freitas; Freitas, 2010, p. 370).

Outrossim, faz-se necessário deixar de encarar o conhecimento como algo estático e fragmentado, para reconhecê-lo como um processo dinâmico, em permanente (re)construção:

A formação continuada de professores, nesse sentido, passa a ser encarada como uma ferramenta que auxilia os educadores no processo de ensino-aprendizagem de seus alunos, na busca de novos conhecimentos teórico-metodológicos para o desenvolvimento profissional e a transformação de suas práticas pedagógicas. Nesse sentido, a escola, como instituição educacional e como espaço de formação continuada dos professores, precisa proporcionar recursos e tempo para que os educadores possam compreender sua própria

realidade institucional, analisá-la e, conseqüentemente, transformá-la. Assim, será desenvolvido um processo de formação que possibilite melhoria no fazer docente individual e coletivo (Alvarado-Prada; Freitas; Freitas, 2010, p. 374).

Assim, através da formação em serviço, os professores, junto com os seus pares, podem minimizar muitos problemas no contexto escolar, uma vez que uma das características da formação continuada em contexto é a de possibilitar o contato com experiências e reflexões que possam ser úteis à compreensão e a solução dos problemas presentes nas práticas profissionais, decorrentes dos desafios e, conseqüentemente, melhorar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem nas escolas.

Por fim, diante das referências teóricas apresentadas, ressalta-se a importância da formação continuada em contexto como possibilidade de aperfeiçoamento docente, articulada a partir dos momentos de formação, principalmente nas reuniões de Módulo II que acontecem nas escolas estaduais.

3.1.2 A importância da gestão escolar nos momentos de formação em contexto

A figura do gestor escolar nos momentos de formação continuada em contexto, nas escolas, é extremamente importante e decisiva. Nas reuniões de Módulo II que ocorrem semanalmente nas escolas, é imprescindível que haja um planejamento entre a equipe gestora e pedagógica, para que ambas sejam produtivas e propiciem uma troca de experiências e formação entre os profissionais.

Com relação ao ato de planejar, Lück (2009) considera que:

Planejar constitui-se em um processo imprescindível em todos os setores da atividade educacional. É uma decorrência das condições associadas à complexidade da educação e da necessidade de sua organização, assim como das intenções de promover mudança de condições existentes e de produção de novas situações, de forma consistente. O planejamento educacional surgiu como uma necessidade e um método da administração para o enfrentamento organizado dos desafios que demandam a intervenção humana. Cabe destacar também que, assim como o conceito de administração evoluiu para gestão, também o planejamento como formalidade evoluiu para instrumento dinâmico de trabalho (Lück, 2009, p. 32).

Nesse sentido, concordando com Lück (2009), o ato de planejar constitui-se como um processo essencial para que se obtenha sucesso nas ações. É extremamente importante que se planeje as ações a serem executadas e se atente às metas estabelecidas para que o planejamento seja de fato eficiente.

Ainda nesse enfoque, para Larchert ([2010]), pode-se compreender o planejamento como:

uma tomada de decisão sistematizada, racionalmente organizada sobre a educação, o educando, o ensino, o educador, as matérias, as disciplinas, os conteúdos, os métodos e técnicas de ensino, a organização administrativa da escola e sobre a comunidade escolar (Larchert, [2010], p. 59).

O planejamento dos momentos de formação em contexto nas escolas é extremamente importante, e o gestor escolar é uma figura indispensável e ativa nesse processo. Como enfatizado pelo autor, o planejamento deve ser elaborado de forma organizada, sistemática e racional. Com relação às reuniões de Módulo II, é importante que sejam organizadas pela gestão escolar por meio de planos de ação e com objetivos específicos, garantindo uma gestão democrática, participativa e que envolva todos os profissionais.

Nesse enfoque, para Souza (2009), a gestão escolar democrática é:

um processo político que é mais amplo do que apenas as tomadas de decisão e que é sustentado no diálogo e na alteridade, na participação ativa dos sujeitos do universo escolar, na construção coletiva de regras e procedimentos e na constituição de canais de comunicação, de sorte a ampliar o domínio das informações a todas as pessoas que atuam na/sobre a escola (Souza, 2009, p. 136).

Assim, é importante que no ato de planejar se priorize momentos de ações conjuntas e colaborativas, prezando pelo diálogo, pela troca de experiências e pela participação ativa de todos.

Ainda conceituando a gestão democrática, Souza (2009) afirma:

se tomamos o conceito de gestão democrática há pouco mencionado, veremos que a gestão (da escola) pública é mais do que tomar decisões. Implica identificar problemas, acompanhar ações, controlar e fiscalizar, avaliar resultados. Se se trata de democratizar a gestão (da escola) pública, e isso pressupõe a ampliação da participação das pessoas nessa gestão, isso significa que a participação não pode se resumir aos processos de tomada de decisões. Nesse sentido, a participação democrática pressupõe uma

ação reguladora, fiscalizadora, avaliadora, além de decisória sobre os rumos da vida política e social das instituições (escolares) e da sociedade (Souza, 2009, p. 135).

Souza (2009) chama atenção para o significado de gestão democrática, a qual não deve ser confundida somente com a participação por parte dos segmentos que forma a sua comunidade nas tomadas de decisão, mas de forma decisória nas escolas. Assim, planejar reuniões que oportunizem uma formação em contexto significativa é extremamente importante, de modo a incentivar que os profissionais troquem experiências e estabeleçam metas, permitindo assim uma troca democrática de conhecimentos entre os afins.

É importante enfatizar que a gestão escolar tem um papel essencial nesse processo de articulação e diálogo na gestão democrática, colocando-se em uma posição de mediação e de articulação dos interesses da comunidade escolar, e não como uma autoridade única. Medeiros, Fortuna e Barbosa (2006, p. 113) pontuam que, quando surge a “possibilidade de consenso na gestão escolar, estamos pensando em construir momentos de coordenação e ação coletiva em que a ideia do diretor, como detentor do poder, não é posta como se fosse a única verdadeira”.

Nesse sentido, é extremamente importante que o gestor seja um motivador e condutor que busca a participação coletiva da comunidade escolar, e que leve em consideração as opiniões e ideias nas decisões coletivas e tomadas de decisões.

Dessa forma, percebe-se que a gestão escolar deve estar preparada para possíveis entraves que poderão surgir da participação dos segmentos escolares. Outro desafio para a gestão será a implementação dessas decisões que foram tomadas de maneira democrática e participativa, uma vez que a escola segue parâmetros educacionais do mantenedor da rede de ensino.

Posto isso, o gestor deve ter a capacidade de dialogar com os diferentes segmentos da comunidade e buscar solucionar os problemas que a afligem. Outrossim, a participação deve ocorrer nas decisões concernentes à gestão administrativa, financeira e pedagógica e, nesse contexto, as reuniões de Módulo II são o único momento coletivo dos docentes da instituição, tornando-se imprescindível na solução de problemas diretamente ligados a essas dimensões. Além disso, a formação continuada em serviço é de fundamental importância para o aperfeiçoamento de todos os profissionais da escola, sendo a gestão escolar a responsável por seu planejamento e implementação.

Nesse viés, é importante destacar a relevância da gestão democrática e participativa na garantia da formação em contexto. Portanto, para que a gestão participativa aconteça, é necessário, segundo Lück (1998), seguir alguns passos iniciais, que incluem:

1. Redigir um código de valores que represente o comprometimento de todos da escola com a gestão participativa. As frases que abordam os valores podem, muitas vezes, ser apenas uma estratégia do responsável por relações públicas. No entanto, se uma frase for desenvolvida com base no debate de um grupo numeroso de funcionários, pode agir como uma orientação sobre o que a organização pretende alcançar. As pessoas podem ser influenciadas e motivadas por um senso maior de propósito e as frases sobre conceitos e valores podem direcionar este esforço.

2. Construir o comprometimento pessoal de cada pessoa envolvida com a escola... Uma liderança forte é necessária para superar as várias barreiras e dificuldades. Se o diretor e a equipe de apoio não estiverem comprometidos, os professores sempre questionarão se o seu envolvimento será levado a sério ou se ele é realmente válido.

3. Promover a capacitação em serviço de professores e pais para que desenvolvam as habilidades necessárias à atuação participativa. Administrar participativamente, assim como ensinar, é uma forma de arte, quando bem praticada. No entanto, a gestão participativa baseia-se em habilidades e técnicas específicas. Ao desenvolver estas habilidades, os membros da escola necessitam de tempo para aperfeiçoá-las. A gestão participativa pode parecer confusa e atrapalhada para muitos, em um primeiro momento, inclusive, parece tomar mais tempo do que o necessário. Por isso, tanto os diretores quanto os demais funcionários devem estar dispostos a dedicar algum tempo e atenção para esta aprendizagem, viabilizando a criação de um sistema de trabalho com base na gestão participativa.

4. Circular a informação de cima para baixo na organização. Consultar é um esforço de mão dupla. Se um diretor dá a impressão de que consultar significa apenas fornecer informações aos superiores, então os demais funcionários podem se sentir frustrados. No entanto, se este processo envolver a troca de ideias entre o diretor e os professores, o ambiente será mais propício à existência de consultas. E, embora nem todos os professores tenham interesse em participar do processo decisório, a maioria gosta de saber que algum dos seus colegas tomou parte no processo, representando suas percepções.

Nesse sentido, é importante destacar que a figura do gestor se torna essencial para o bom direcionamento das ações educacionais dentro das escolas, e no que diz respeito a promoção de capacitações em contexto de professores ele é a

pessoa capaz de direcionar e proporcionar a participação efetiva e significativa de toda a equipe escolar.

3.1.3 Planejamento estratégico e participativo

O planejamento da unidade escolar é uma importante ferramenta de apoio ao processo de descentralização, responsabilização e construção de autonomia. É através deste instrumento que a Gestão Escolar poderá desdobrar as políticas e diretrizes da rede de ensino em objetivos, estratégias e planos para a unidade escolar, definindo prioridades e divisão de responsabilidades entre todos que nela trabalham;

Nesse enfoque, a existência de um planejamento estratégico faz com que a equipe gestora consiga analisar as demandas da escola em sua rotina diária e trace estratégias para facilitar o cumprimento dessas demandas, evitando o acúmulo e ter que “apagar incêndio” por ausência de planejamento. Ou seja, é preciso empregar a metodologia do planejamento, planejando com antecedência, a partir do calendário escolar, dos dados financeiros e demais obrigações de ordem administrativa ou pedagógica, as ações a serem realizadas.

O planejamento da escola deve partir de um diagnóstico da situação da escola, considerando seus indicadores educacionais, sua estrutura física, o perfil do público atendidos, a escolarização ofertada, a fim de que a gestão possa desdobrar as diretrizes da rede em objetivos e estratégias futuras, com vistas à eficácia da unidade.

Nesse sentido, o planejamento integrado propõe o envolvimento, o engajamento de todos no planejamento e execução das ações. A relação entre a gestão participativa, a gestão pedagógica e a avaliação são extremamente importantes para que a escola alcance seus objetivos pedagógicos.

No entanto, para que de fato ocorra um planejamento estratégico na escola torna-se necessária uma gestão estratégica por parte da gestão escolar, e a figura do gestor escolar é imprescindível para esse processo. A implementação de um planejamento integrado e estratégico envolve uma gestão democrática que vise uma mudança até mesmo cultural, e é essa mudança de cultura na organização que leva à mudança de comportamento das pessoas. Sobre esse aspecto, Machado escreve:

a gestão estratégica pode ser compreendida como o mecanismo que permite identificar as reais necessidades de mudança na organização (o que mudar), estabelecer as prioridades em termos de mudanças (o que é urgente mudar) e os meios para efetivá-las (como mudar). Este mecanismo permite que a organização gerencie as mudanças de forma planejada. (Machado, 2024, p.38)

De acordo com a mesma autora, a gestão estratégica deve ser vista como um importante mecanismo, através do qual os participantes do sistema educacional poderão identificar e implantar as mudanças necessárias à efetivação de um novo paradigma de organização e de gestão escolar. Nesse contexto, fica evidenciada a importância de se estabelecer prioridades, de forma coletiva e democrática, para garantia de um planejamento estratégico que contemple as reais necessidades escolares.

Ainda nessa perspectiva da gestão participativa, cabe destacar a relevância de se criar ambientes participativos na escola para que de fato seja garantida a participação de todos. Como sabemos, inúmeros são os desafios e oportunidades que ocorrem dentro do ambiente escolar, e para que essas questões sejam levantadas e resolvidas é importante uma gestão democrática liderada e direcionada pelo gestor escolar. Neste viés, Luck destaca:

A criação de ambientes participativos é, pois, uma condição básica da gestão democrática. Deles fazem parte a criação de uma visão de conjunto da escola e de sua responsabilidade social; o estabelecimento de associações internas e externas; a valorização e maximização de aptidões e competências múltiplas e diversificadas dos participantes; o desenvolvimento de processo de comunicação aberta, ética e transparente (Luck, 2011, p. 27).

No que se refere ao Planejamento integrado e participativo, não é diferente da gestão participativa. Ambos objetivam uma participação e divisão de responsabilidades entre todos que estão inseridos no ambiente escolar. Nesse enfoque, Luck destaca ainda que esse ambiente participativo dá às pessoas a oportunidade de controlar o próprio trabalho, ao mesmo tempo em que se sentem parte orgânica de uma realidade, e não apenas apêndice dela ou um mero instrumento para a realização dos seus objetivos institucionais.

Em suma, fica evidenciada a importância da garantia de um planejamento integrado e participativo nas escolas, principalmente no que se refere as reuniões de caráter coletivo como as reuniões de Módulo II. A seguir serão apresentadas as

metodologias que foram utilizadas na pesquisa de campo, a fim de investigar as problemáticas que envolvem o Módulo II e a formação em contexto.

3.2 METODOLOGIA

Nesta seção serão apresentadas as metodologias que foram utilizadas na pesquisa de campo, a fim de investigar as problemáticas que envolvem o Módulo II e a formação em contexto. Foi utilizado como metodologia nesta pesquisa o estudo de caso de cunho qualitativo, com a realização de análise documental, realização de entrevista semiestruturada com a Especialista em Educação Básica da escola e aplicação de questionários aos professores efetivos e convocados com tempo de exercício mínimo de 2 (dois) anos na escola, bem como a análise desses resultados.

Inicialmente para essa etapa do estudo, foi realizada uma análise das legislações nacionais e estaduais que tratam da carga horário de trabalho docente. Dentre essas legislações, foram estudadas a Constituição Feral (Brasil, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996), que enfatiza a responsabilidade dos sistemas de ensino para a formação continuada, a necessidade da reserva de tempo para estudos e planejamento dentro da carga horária e a garantia de condições adequadas de trabalho para os professores. Como uma legislação essencial nesse cenário, é importante destacar a Lei do Piso da Educação, que determina que na composição da jornada de trabalho, foi ampliado 1/3 da carga horária do trabalho docente para dedicar-se ao planejamento (Brasil, 2008). Essas legislações foram extremamente importantes para a valorização e dedicação dos professores aos momentos de formação e planejamento, porém percebe-se que ainda hoje esses momentos não são utilizados de forma efetiva nas escolas.

No segundo momento, foi realizada uma análise dos documentos da Escola Estadual Castelo Branco. Dentre os documentos, foram analisados o Projeto Político Pedagógico da Escola, documentos internos da escola como o livro de ponto dos professores, assim como uma análise detalhada das pautas das reuniões de Módulo I, que foram realizadas no ano de 2022, destacadas no capítulo 2, no quadro 2. Todos esses documentos foram importantes para verificação da periodicidade das reuniões, assim como essa análise das pautas e assuntos que foram tratados nesses momentos de reuniões de Módulo II na escola. Contudo, realizando a análise das pautas, foi possível perceber que os assuntos tratados foram, em maior parte,

relacionados às demandas imediatas, ou seja, de acordo com o que deve ser executado naquele período. Diante disso, nota-se que a necessidade dos momentos de planejamento e formação em contexto ainda não estão efetivados nesta escola.

Além das legislações e documentos citados, foram analisados também no SIMAVE e Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE) os dados da escola, referentes a estrutura, funcionamento, organização e resultado das avaliações externas e internas da escola. Outro indicador educacional importante que foi analisado nesse estudo foi o IDEB, em que foi possível constatar que na escola estudada os índices de desenvolvimento encontram-se abaixo do que foi projetado para o ano na escola. Diante disso, é possível constatar o quão importante é a análise e estudo desses resultados, e que sejam utilizados esses momentos de Módulo II e formação para estudo, reflexão e planejamento entre os profissionais.

3.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção, fazemos uma análise das respostas ao questionário aplicado aos professores da Escola Estadual Castelo Branco. O questionário foi aplicado a todos aos professores efetivos ou contratados com no mínimo dois anos de exercício na escola. Através do mapeamento realizado na escola, foi constatado que 27 professores se enquadrariam nos requisitos. A aplicação do questionário ocorreu do dia 03 de agosto ao dia 03 de outubro de 2024, via Formulário do Google.

Dos 27 professores que responderam ao questionário, 4 são efetivos e 23 são contratados, sendo que todos participam semanalmente das reuniões de Módulo II realizadas na escola.

3.3.1 Caracterização da especialista e dos professores da EECB

Para esse estudo também foi entrevistada a Especialista em Educação Básica da escola, designada para atuar no turno Matutino da escola. A servidora tem 38 anos, possui graduação em Pedagogia e atua na EECB desde 2015, e trabalha também no turno vespertino, como professora e coordenadora da Educação Integral.

No que diz respeito aos Professores, a idade média deles é de 40 anos, segundo o levantamento de dados realizado. No que diz respeito ao vínculo empregatício, 81,5% dos Professores são designados (contratados), enquanto

apenas 18,5 são efetivos, o que evidencia uma alta rotatividade de professores anualmente na escola.

De acordo com a Tabela 4, a seguir, é possível constatar que a maior parte dos professores tem experiência no que diz respeito à docência, considerando que 18 deles relataram ter mais de 18 anos de docência, o que corresponde a 59,2 % do total dos professores entrevistados.

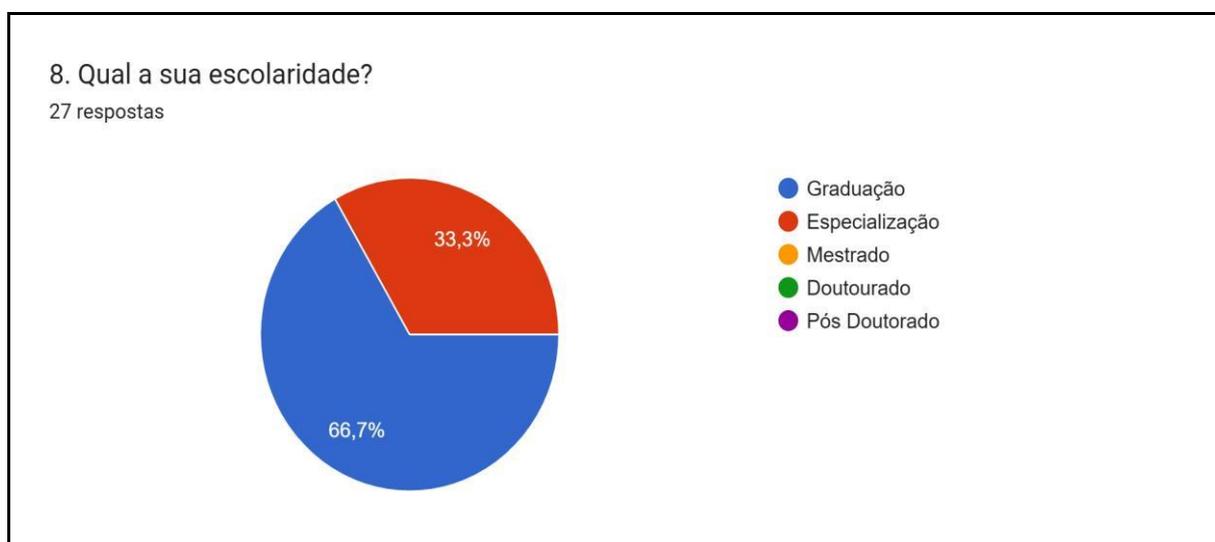
Tabela 4 – Tempo total de experiência na docência

Tempo de Docência	Quantitativo de Docentes	Porcentagem
2 a 5 Anos	9	33,3 %
6 a 10 Anos	2	7,4 %
11 a 15 Anos	3	11,1 %
16 A 20 Anos	7	25,9 %
21 a 40 Anos	4	14,8 %
41 a 50 Anos	2	7,4 %

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

No que diz respeito à experiência docente, foi possível constatar que os professores da escola analisada apresentaram muitos anos de experiência na docência. Com relação à escolaridade dos professores, foi possível constatar que todos possuem a graduação mínima exigida, conforme ilustra o Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 – Escolaridade dos professores da EECB



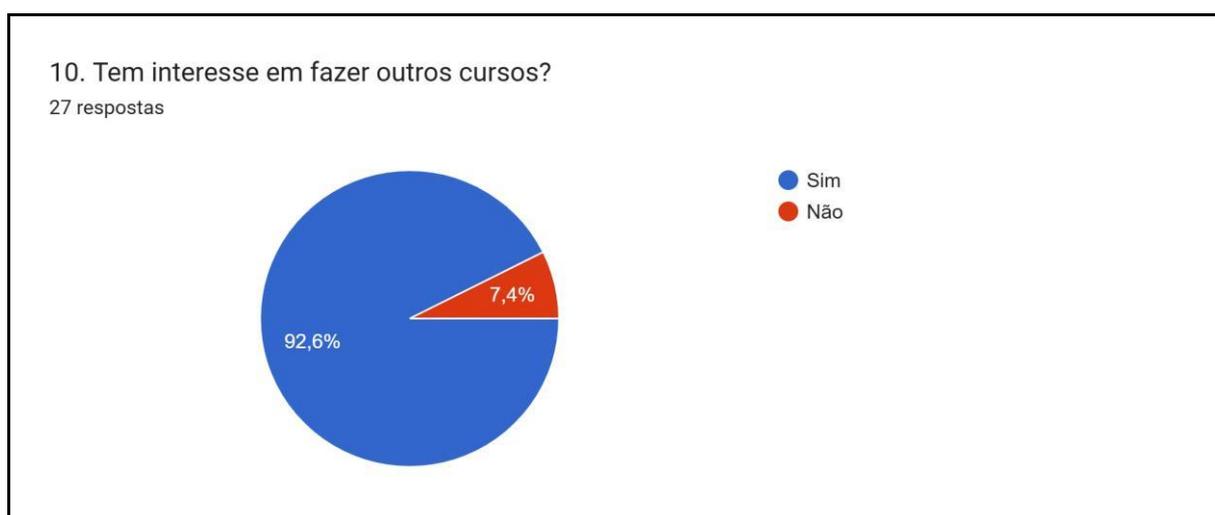
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Com base nessa análise, e na relevância da formação docente, podemos estabelecer um paralelo com os estudos de Nóvoa (2001):

O aprender contínuo é essencial em nossa profissão. Ele deve se concentrar em dois pilares: a própria pessoa do professor, como agente, e a escola, como lugar de crescimento profissional permanente. Sem perder de vista que estamos passando de uma lógica que separava os diferentes tempos de formação, privilegiando claramente a inicial, para outra que percebe esse desenvolvimento como um processo. Aliás, é assim que deve ser mesmo. A formação é um ciclo que abrange a experiência do docente como aluno (educação de base), como aluno-mestre (graduação), como estagiário (práticas de supervisão), como iniciante (nos primeiros anos da profissão) e como titular (formação continuada). Esses momentos só serão formadores se forem objeto de um esforço de reflexão permanente (Nóvoa, 2001, n.p).

Nesse enfoque, o aprender contínuo e a formação em contexto é essencial para o aperfeiçoamento da prática docente. E os professores da escola pesquisada apresentaram essa preocupação. Com relação aos professores da EEGPS que responderam o questionário, 92,6% apresentaram interesse em continuar a formação, realizando outros cursos, enquanto apenas 7,4 não o demonstraram, conforme o Gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 – Interesse dos professores da EECB em realizar outros cursos



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A busca por qualificação demonstra a preocupação dos professores em aprimorar a prática pedagógica. Na pergunta 11 do questionário, foi indagado aos professores quais seriam os cursos que eles desejavam realizar. Dentre os cursos citados por eles, podemos destacar: Pedagogia, Inspeção Escolar, Letras, Mestrado em Geografia, Psicologia, Gestão Escolar, Educação Especial, Filosofia, Sociologia, Alfabetização, Meio Ambiente e Libras.

A questão da busca por novos cursos foi um ponto de destaque na EECB, pois reconhecemos que é extremamente importante que os profissionais da educação tenham foco na formação contínua, no que diz respeito à educação. Ratificando tais pensamentos, os autores Alvarado-Prada, Freitas e Freitas (2010) ressaltam que:

a formação docente é uma contínua caminhada dos profissionais da educação, em cujo caminhar atuam todas as suas dimensões individuais e coletivas de caráter histórico, biopsicossocial, político, cultural, próprias de seres integrais e autores de sua própria formação. (Alvarado-Prada, Freitas e Freitas, 2010, p. 135).

Em contrapartida à questão do interesse por realizar outros cursos, foi perguntado aos professores o que dificulta essa realização, visto o interesse. A questão que mais foi levantada pelos professores foi a falta de tempo, representando 81,5% das respostas sobre o motivo que os leva a não realizar outros cursos. Corroborando com essa discussão, a Especialista entrevistada diz que:

Eu penso que muitos dos Professores que lecionam na EECB realmente demonstram interesse em realizar cursos em sua área de atuação, mas encontram dificuldade devido a quantidade aulas que lecionam e a locomoção até a escola. Temos casos de professores que residem em Zona Rural o que, ao meu ver, também pode dificultar até mesmo o acesso à internet, eu mesma tenho dificuldade em realizar alguns cursos devido a minha carga horária semanal de trabalho (EEB, entrevista, 2024).

A Especialista também sinalizou falta de tempo, algo que também foi destacado pelos professores. Ela ainda acrescentou outro fator, de que alguns profissionais residem em Zona Rural. A partir dessa fala da Especialista sobre a questão da falta de tempo dos profissionais da educação, lhe foi perguntado sobre qual seria a relevância do Módulo II para minimizar esta falta de tempo. Diante dessa pergunta, ela respondeu:

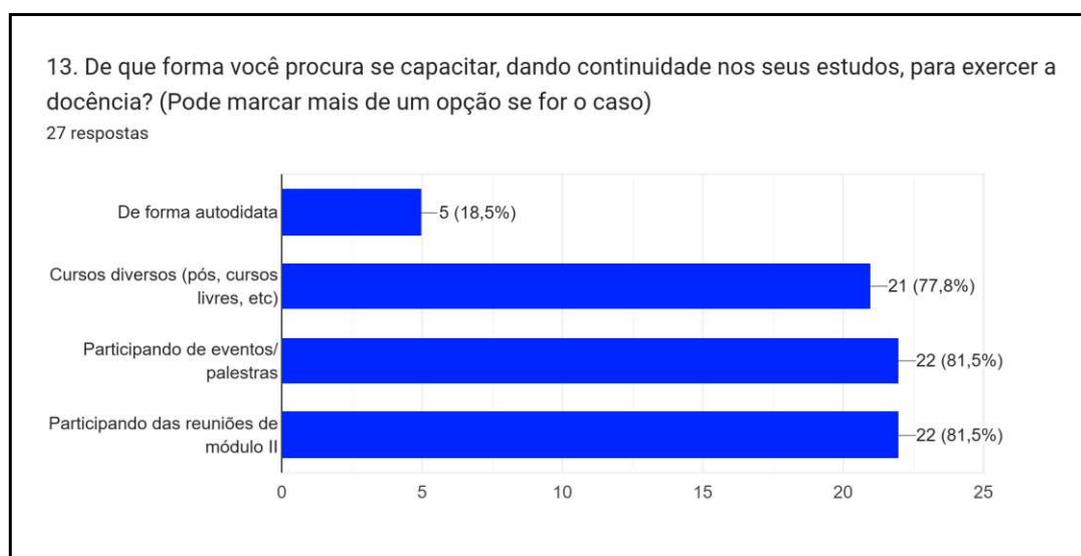
O Módulo II é obrigatório então penso que poderia ser mais usado para formações, sei que são muitos assuntos administrativos e até mesmo pedagógicos para tratar com os professores, mas poderia ser mais usado para algum curso. Aqui percebo que tem troca entre os professores, mas penso como pedagoga que poderia ser mais. A questão da internet da escola também poderia ser mais explorada. (EEB, entrevista, 2024).

Percebemos na fala da Especialista que ela acredita que a utilização do tempo destinado ao MÓDULO II de forma direcionada poderia minimizar os impactos da falta de tempo afirmada pelos professores para formações continuadas. Ela também destaca a questão da troca de experiências entre os pares. Nesse sentido, a discussão de Fusari complementa o que observamos na prática:

A rotina da Escola deveria proporcionar, mas não o faz, o encontro semanal, quinzenal ou mensal de professores de uma mesma série, propiciando assim a conversa, a troca de ideias e a discussão de seu trabalho cotidiano, buscando formas de atuação individuais/coletivas no trato das questões pedagógicas que mais lhes afligem (Fusari, 2011, p. 32).

Posto isso, tem-se que a formação em serviço, principalmente nas reuniões de caráter coletivo, é condição essencial para que o professor atue de forma assertiva em sua prática docente. Os professores também foram perguntados sobre a forma como eles procuram se capacitar, dando continuidade aos seus estudos para exercer a docência. As respostas serviram de base para a elaboração do Gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3 – Forma como os professores se capacitam, dando continuidade nos seus estudos, para exercer a docência



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

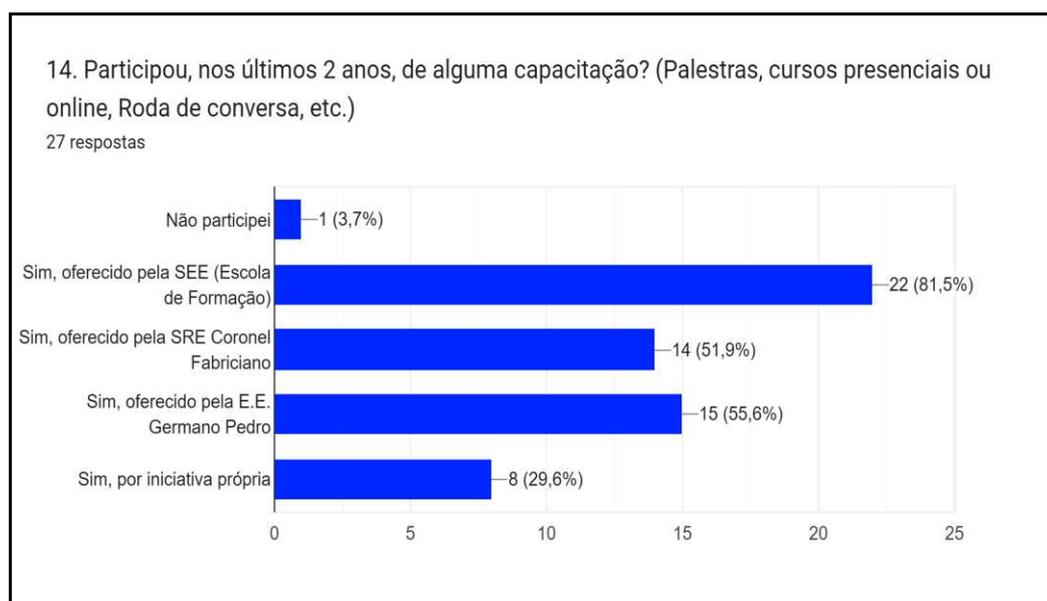
É possível notar que os professores destacaram maior porcentagem de realização de capacitações justamente nas oferecidas em reuniões de Módulo II e participação em eventos e palestras, ambos com 81,5%, que corresponde a 22 percepções cada um. Esse indicativo aponta que, embora sejam insuficientes os momentos de formação em serviço na escola, eles são apontados como os espaços que mais capacitam. Em seguida, os participantes apontaram os cursos diversos, com 77,8%. Por fim, a forma autodidata correspondeu a 18,5% das respostas.

Diante da constatação de que a maior parte dos professores se capacitam no contexto escolar, percebemos a importância da busca por implementação de práticas de formação em serviço exitosas. Algumas ações mínimas podem ser pensadas em relação à formação do docente e podem trazer benefícios ao seu desenvolvimento profissional. Complementando essa temática Fusari (2011) sugere situações para formação em serviço:

Outras tantas situações poderiam ser sugeridas para o trabalho de formação do educador em serviço. O mais importante é instalar no corpo docente das escolas a capacidade de agir, pensar e agir, num processo contínuo de reflexão da própria prática docente, como fator determinante para uma ação pedagógica mais consciente, crítica, competente e transformadora (Fusari, 2011, p. 32).

Ainda neste contexto, foi perguntado aos professores sobre as formações que eles realizaram nos últimos 2 anos. Foi possível constatar que a maioria deles, 81,5% (22 professores), realizaram cursos oferecidos pela SEE (Escola em formação); em segundo lugar ficaram as formações realizadas na própria escola pesquisada, que correspondeu a 55,6% das respostas. Em seguida, eles apontaram as capacitações realizadas na SRE de Coronel Fabriciano e, por último, 29,6% destacaram capacitações por iniciativa própria. Apenas 1 professor destacou que não realizou nenhuma capacitação ou curso durante esses últimos 2 anos. Diante disso, é possível constatar que, apesar das dificuldades apresentadas, os professores buscam sempre uma maneira de se capacitar. O Gráfico 4, a seguir, ilustra esse tópico da discussão:

Gráfico 4 – Participação de alguma capacitação nos últimos 2 anos



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Diante desta análise, foi possível constatar que os professores da escola têm interesse em aperfeiçoar-se e reconhecem a importância da formação continuada em serviço neste cenário. Sobre essa formação continuada, Formosinho acrescenta:

o aperfeiçoamento dos professores tem finalidades individuais óbvias, mas também tem utilidade social. A formação contínua tem como finalidade última o aperfeiçoamento pessoal e social de cada professor, numa perspectiva de educação permanente. Mas tal aperfeiçoamento tem um efeito positivo no sistema escolar se se traduzir na melhoria da qualidade da educação oferecida às crianças.

É este efeito positivo que explica as preocupações recentes do mundo ocidental com a formação contínua de professores (Formosinho 1991, p. 238).

Ainda sobre os impactos das formações continuadas, foi perguntado aos professores sobre como eles refletem em sua prática em sala de aula, todos os professores foram unânimes em dizer que os cursos que realizaram trouxeram impacto positivo na prática de sala de aula, como demonstra o Quadro 5, com depoimentos dos próprios professores:

Quadro 5 – Percepção dos professores sobre os impactos das capacitações/cursos que participou na sua prática em sala de aula

PROFESSOR	Percepção sobre impactos das capacitações na prática docente
1	Nos proporciona visão ampla e ideias funcionais
2	Aprimorou meus conhecimentos
3	O docente consegue ter um olhar diferenciado
4	Segurança para lecionar, uma bagagem de conhecimento maior para transmitir para os alunos.
5	Amplia a forma de se lidar com o conteúdo que se dá aula e os alunos.
6	Ajudou na prática do aprendizado adquirido
7	Os cursos e capacitações são essenciais para que a nossa prática de sala seja aprimorada e renovada, esteja de acordo com a realidade atual da educação e dos educandos.
8	De bom proveito.
9	Contribuiu muito para acompanhar principalmente nas mudanças e avanços tecnológicos, podendo assim, nos orientar e orientar nossos alunos com mais segurança e clareza.
10	Tendo auto controle e estratégias com a convivência com os alunos.
11	Todos os cursos foram muito positivos pois trouxeram algo novo e bom que pode ser aplicado em sala.
12	Incentivador e abrangente ao nosso cotidiano.
13	Gerou novas ideias para trabalhar de maneira diversificada
14	Positivos para o melhor desempenho.
15	É muito gratificante saber que podemos inovar e trocar experiências.
16	Ajudar com novas didáticas para desenvolver o trabalho em sala.
17	Práticas pedagógicas, metodologias didáticas para a aplicação do conteúdo
18	Os cursos ajudaram no meu desenvolvimento profissional e pessoal, melhorando significativamente minha prática pedagógica.
19	Ajudou a como organizar as aulas e aplicar os conteúdos em sala de aula.
20	Algumas capacitações contribuíram muito, mas infelizmente a maioria não soma para o nosso cotidiano em sala de aula.
21	Aprendizagem mais significativa, Aprendizado de metodologias educacionais, Fortalecimento das práticas pedagógicas e Inclusão mais ampla.

PROFESSOR	Percepção sobre impactos das capacitações na prática docente
22	Me ajudou bastante em relação a atualização das metodologias e o uso da tecnologia como forma de ensino.
23	É muito importante estarmos nos capacitando para melhorar nossa prática docente, ficar por dentro dos assuntos que exigem a nossa profissão. Fazer sabendo o que está fazendo.
24	São de grande valia e acrescenta muito ao dia a dia.
25	Os cursos contribuem muito para melhor auxiliar no aprendizado do aluno
26	Os impactos são grandes, pois contribuem, para melhor desenvoltura no meu profissional.
27	Sim, posso exercer com autônoma.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Analisando o Quadro 5, é possível observar a maioria dos professores consideram que as formações continuadas realizadas contribuem de forma significativa e ativa em seu desenvolvimento profissional. Dentre os inúmeros pontos destacados pelos professores, foi citado o desenvolvimento profissional voltado para prática em sala de aula e aprendizagem dos alunos. Nesse enfoque, Day destaca:

O desenvolvimento profissional envolve todas as experiências espontâneas de aprendizagem e as atividades conscientemente planejadas, realizadas para benefício, direto ou indireto, do indivíduo, do grupo ou da escola e que contribuem, através destes, para a qualidade da educação na sala de aula. É o processo através do qual os professores, enquanto agentes da mudança, reveem, renovam e ampliam, individual ou coletivamente, o seu compromisso com os propósitos morais do ensino, adquirem e desenvolvem, de forma crítica, juntamente com as crianças, jovens e colegas, o conhecimento, as destrezas e a inteligência emocional, essenciais para uma reflexão, planificação e práticas profissionais eficazes, em cada uma das fases das suas vidas profissionais (Day, 2001, p.20-21).

Com relação à formação continuada em contexto, foi perguntado aos professores sobre a sua relevância para o desenvolvimento profissional. A maioria, 81,5% dos professores, considera essa formação importante e possível de acontecer na escola. Apenas 18,5% consideraram importante, mas não ser possível acontecer na escola, devido à rotina escolar, e nenhum professor não considerou a formação importante, conforme destaca o Gráfico 5:

Gráfico 5 – Formação continuada em serviço



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Como destacado anteriormente pelos professores, a formação continuada em serviço centrada na escola é uma realidade almejada por eles, e que minimizaria a falta de tempo. Legitimando essa lógica de que a formação continuada em serviço é importante e possível de acontecer na escola, Imbernón destaca:

A formação centrada na escola envolve todas as estratégias empregadas conjuntamente pelos formadores e pelos professores para dirigir os programas de formação de modo a que respondam às necessidades definidas da escola e para elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem em sala de aula e nas escolas. Quando se fala de formação centrada na escola, entende-se que a instituição educacional transforma-se no lugar de formação prioritária diante de outras ações formativas. A formação centrada na escola é mais que uma simples mudança de lugar da formação, representa uma mudança de paradigma, pois, tem como princípio norteador o desenvolvimento de processos de formação baseados na colaboração entre os profissionais da instituição escola. Baseia-se na reflexão deliberativa e na pesquisa ação, mediante os quais os professores elaboram suas próprias soluções em relação aos problemas práticos com que se defrontam num processo de autodeterminação baseado no diálogo; implanta-se um tipo de compreensão partilhada pelos participantes sobre as tarefas profissionais e os meios para melhorá-las e não um conjunto de papéis e funções que são aprimorados mediante normas e regras técnico pré determinadas pelos órgãos superiores (Imbernón, 2006, p. 39).

Seguindo na análise do questionário aplicado aos professores, foi perguntado sobre quais são os temas tratados nas reuniões de módulo II, quais eles

consideravam mais ou menos importante. Os professores destacaram como mais importantes as Atividades voltadas para a formação continuada do professor em serviço (palestras, minicursos, etc), o desenvolvimento de temas pedagógicos (conselho de classe, projetos, avaliações, etc) e a Organização do cotidiano escolar (calendário, atividades coletivas). Somente em quarta posição eles destacaram questões administrativas, o que reforça a importância das questões pedagógicas e das formações e capacitações em serviço.

Com relação às temáticas que os professores acreditam serem importantes nas reuniões de Módulo II, foram destacadas pelos professores:

Quadro 6 – Temáticas que você considera importantes serem tratadas nas reuniões de Módulo II

PROFESSOR	Temáticas Consideradas Importantes em Reuniões De Módulo II
1	Legislação Educacional, Problemas e Soluções, Agenda da Escola.
2	Estudo das legislações, calendário.
3	Tudo que envolve a escola.
4	Disciplina dos alunos / formação continuada / Empatia entre os colegas de trabalhos / Motivação.
5	Temas abordados para o aspecto que se encontra a escola. (Por exemplo, curso técnico precisa de um acompanhamento mais cuidadoso pois sairão dali profissionais da área).
6	Recomposição da Aprendizagem: como colocar em prática.
7	Os cursos e capacitações são essenciais para que a nossa prática de sala seja aprimorada e renovada, esteja de acordo com a realidade atual da educação e dos educandos.
8	Estudo de legislação, planejamento por área do conhecimento, compartilhamento de práticas exitosas.
9	Planejamento, rendimento escolar, calendário, normas da escola, situações de alunos e avisos gerais.
10	Todas já estão sendo tratadas.
11	Saúde mental e emocional de professores e alunos.
12	Projetos interdisciplinares, diretrizes gerais, planejamento escolar.
13	Dentre vários importantes; cito o estímulo ao aprendizado/criatividade do aluno e desenvolvimento das competências metodológicas.
14	Demandas escolares, discussão de soluções para determinados problemas disciplinares.
15	A temática pedagógica geral da escola.
16	Assuntos de intervenções pedagógicas.
17	Projetos avaliações, conselho de classe, questão administrativo, organização do cotidiano escola e atividades voltadas para formação continua do professor.
18	A importância da aplicação com qualidade de todo o conteúdo programático.
19	Inclusão

PROFESSOR	Temáticas Consideradas Importantes em Reuniões De Módulo II
20	Práticas de integração do Ensino Regular com Educação Profissional, estimulando os estudantes à formação para o mercado de trabalho.
21	Módulo II tem que ter objetivo e ser direto, tem muitos assuntos desnecessários e que consome muito tempo.
22	Planejamento anual, avisos gerais, avaliações trimestrais.
23	Comportamento dos alunos para criarmos formas de melhorar o mesmo.
24	Legislações, demandas da profissão, capacitações.
25	Propostas de atividades diferentes
26	Os assuntos pedagógicos referente a escola de uma forma geral e inclusiva para todos os funcionários.
27	Tratar da vida escolar dos alunos, disciplina e aprendizagem.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Analisando o Quadro 6, é possível perceber que a maior necessidade dos professores desta escola, com relação à temática para o Módulo II, são as questões de cunho pedagógico e voltadas para aprendizagem dos alunos. Temáticas como planejamento, recomposição de aprendizagens, projetos, intervenção pedagógica, vida escolar dos alunos e atividades diferenciadas foram enfatizadas por vários professores. A questão da formação continuada também foi destacada como importante pelos professores, questões como estudo de legislações, discussão de soluções para a disciplina, cursos e capacitações e formação em serviço foram consideradas importantes.

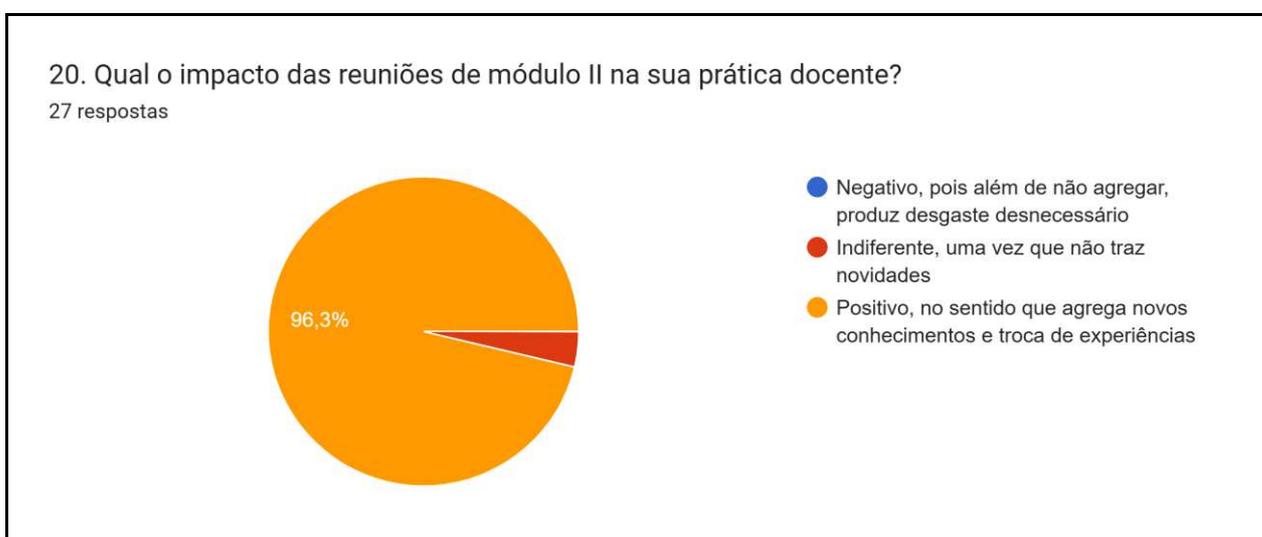
Ainda analisando o Quadro 6, foram destacados assuntos interessantes pelos professores, como por exemplo a Inclusão, empatia, motivação e a saúde mental e emocional de professores e alunos. Ainda sobre a relevância dos temas abordados em reuniões de Módulo II, destaco a fala da EEB sobre quais seriam os temas que ela destacaria como importante:

Penso que o momento deve ser aproveitado ao máximo, tratando de questões que favoreçam o pedagógico da escola. Sei que muitas vezes assuntos administrativos e de caráter imediato acabam utilizando um tempo maior nas reuniões de Módulo II. O estudo de plataforma como: SIMAVE, se liga na Educação, Estudo Play, dentre outras também poderiam ser mais utilizadas por nós porque favorece muito o dia a dia escolar. (EEB, entrevista realizada em 28 ago. 2024).

Diante da análise do Quadro 6 e da fala da especialista, é possível perceber o quanto as temáticas voltadas para formação continuada em serviço são importantes nas reuniões de Módulo II. Os professores destacaram essa necessidade de

formação em todas as perguntas do questionário. Ainda nessa perspectiva, foi questionado aos professores sobre os impactos que as reuniões de Módulo II trazem para a sua prática docente. Como ilustra o Gráfico 6, 26 professores (que correspondem a 96,3%) responderam que o impacto é positivo, no sentido que agrega novos conhecimentos e troca de experiências. Apenas 1 professor (3,7% dos participantes) respondeu que as reuniões de Módulo II são indiferentes em sua prática, uma vez que não trazem novidades.

Gráfico 6 – Impacto das reuniões de módulo II na sua prática docente



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Atrelado à questão do impacto das reuniões de Módulo II, foi perguntado aos professores como eles saem dessas reuniões com relação a conhecimentos adquiridos. Diante dessa pergunta, 17 professores (63%) responderam que saem estimulados a melhorar sua docência, devido às trocas de experiências entre os colegas. Outros 8 professores (29,6%) responderam que saem motivados, pois houve um aprendizado importante para sua prática em sala de aula, enquanto 1 professor destacou que se sente cansado e 1 destacou se sentir indiferente.

Diante dessas respostas, é possível constatar que os professores têm interesse em usar este tempo reservado para o Módulo II de forma produtiva, e que, apesar do cansaço e falta de tempo relatados por eles, esse momento pode ser uma importante ferramenta para formação em contexto nas escolas. Eles destacaram algumas percepções com relação à condução dos profissionais que organizam as reuniões. Algumas dessas percepções podem ser destacadas a seguir:

“Tem o cuidado de tratar os assuntos de prioridade, de maneira mais eficiente para assim resolverem e serem solucionados.” (Professor 5)

“A equipe é muito bem organizada e atenta, repassa orientações e informações em tempo hábil aos servidores.” (Professor 7)

“Há uma preocupação e motivação da equipe para conosco; mesmo diante das adversidades que sabem que enfrentamos na sala de aula.” (Professor 12)

“Nas reuniões de módulo tem uma troca de experiência incrível e significativa, pois agrega muito na minha aprendizagem e docência.” (Professor 18)

“A gestão da Escola procura sempre trazer temas importantes para serem discutidos, e muitos conteúdos que impulsionam a aprendizagem.” (Professor 19)

Por meio dessas percepções, é possível constatar que a equipe gestora e pedagógica da escola pesquisada são preparadas para as reuniões, e apresentam organização e eficiência na condução e preparo. Porém, em muitas das reuniões houve apenas o repasse de informações e poucos foram aqueles dedicados à discussão, formação e deliberações em grupo, como pode ser observado no Quadro 4 (página 31) do presente trabalho. Nesse contexto, o Professor 21 por exemplo destacou que “Módulo II tem que ter objetivo e ser direto, tem muitos assuntos desnecessários e que consome muito tempo”, isso reforça a necessidade de priorização de momentos de formação em contexto e trocas pedagógicas nas reuniões destinadas ao Módulo II.

Diante das falas dos professores entrevistados, nota-se, mais uma vez, o quanto a política de formação continuada em contexto atrelada ao compartilhamento de práticas pode ser considerada um pilar fundamental para melhoria da educação. Pois isso impacta diretamente no exercício da atividade do magistério, podendo melhorar as práticas pedagógicas e contribuir para a formação continuada dos profissionais da educação.

Nesse enfoque, a LDBEN/96 aborda importância da formação continuada. Vejamos os artigos 61, 67 e 87 da referida lei:

Art. 61: Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009) I - a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e

sociais de suas competências de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

II - a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009) III - o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009) Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - Ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
 II- Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
 III- Piso salarial profissional;
 IV- Progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
 V- Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho.

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei [...] III - Realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância. (LDBEN 9.394/96)

É interessante ressaltar que a formação continuada em contexto é regulamentada em lei, sendo extremamente necessária e importante para a prática pedagógica dos professores, e utilizar-se dos momentos de reuniões para abordagem de temáticas voltadas a essa formação é crucial para efetivação dessa garantia.

Oportunamente, ainda sobre essa questão da condução dos profissionais que organizam as reuniões, alguns professores destacaram pontos relevantes a se analisar:

“Tem cobranças e orientação.” (Professor 10)

“Média, sempre os assuntos de importância não têm aquele foco merecido.” (Professor 20)

“Poderia trazer algo diferente” (Professor 24)

Diante dessas respostas, é possível constatar o interesse dos professores por conhecimento e por temáticas “diferentes” durante esses momentos de reuniões coletivas. Ainda nesta análise, foi perguntado aos professores sobre a participação nas reuniões de módulo II. As respostas estão agrupadas no Gráfico 7, a seguir:

Gráfico 7 – Participação dos professores desta escola nas reuniões de Módulo II



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As respostas do Gráfico 7 reafirmam que a grande maioria dos professores participam e se mostram interessadas nas reuniões de Módulo II. Dentre as respostas, 4 professores (14,8%) destacaram como excelente a participação nas reuniões, pois consideram que todos participam ativamente. Outros 16 professores (59,3), consideram essa participação como muito boa, pois uma grande parte da equipe se mostra interessada. Ainda 6 professores (22,2%) consideraram como boa a participação, pois ainda tem uma pequena parte da equipe interessada.

Nesse ponto, é possível perceber que o tempo reservado às atividades pedagógicas extraclasse, na percepção da grande maioria dos discentes, não é o bastante para realizar todas as ações explanadas pela legislação, ou seja, planejamento individual, formação em serviço, entre outras.

No que tange à formação continuada em serviço nas reuniões pedagógicas do módulo II, os professores apresentaram sua opinião, como demonstrado no Gráfico 8, a seguir:

Gráfico 8 – Opinião dos professores sobre a formação continuada em serviço nas reuniões pedagógicas do módulo II



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No que tange a reservar momentos nas reuniões de Módulo II para formação continuada em serviço, os professores foram unânimes em considerar possível e importante reservar um tempo para essas formações. Do total de professores, 17 (63%) consideram necessário reservar algumas reuniões ao longo do ano para fazer a formação continuada em serviço, já 9 professores (33,3%) consideram prioridade buscar parcerias (Empresas, universidades, etc), para promover a formação continuada na escola, e 1 professor (3,7%) considera necessário criar outros espaços para os avisos e utilizar todas as reuniões de Módulo II para formação continuada da equipe. Corroborando com tais opiniões, Vasconcellos (2006) escreve que

A escola não pode ser vista apenas como local de trabalho; deve ser ao mesmo tempo espaço de formação. É preciso investir prioritariamente na formação permanente e em serviço do professor, para que possa ter melhor compreensão do processo educacional, postura e métodos de trabalho mais apropriados. (Vasconcellos, 2006, p. 123).

Nessa perspectiva, ficou evidente que os professores consideram os momentos de formação em contexto importantes e necessários nas reuniões coletiva, destacando também a importância de a equipe pedagógica garantir e reservar esses momentos.

No que se refere à importância da formação em contexto, foi solicitado que os professores relatassem sua opinião sobre quais medidas poderiam ser adotadas para proporcionar formação em contexto na escola, conforme o Quadro 7:

Quadro 7 – Medidas que podem ser adotadas para proporcionar formação em contexto na escola

PROFESSOR	Medidas que podem ser tomadas para proporcionar formação em contexto na escola
1	Buscar parcerias também é interessante.
2	Separar algumas reuniões de módulo para formação continuada dos professores.
3	Planejamento e convocação dos servidores.
4	Usar o horário de módulo coletivo.
5	Incentivo, e horário flexível.
6	Separar uma carga horária para palestras e cursos em sala de aula.
7	A escola deve definir junto aos servidores temas relevantes e definir momentos para formação no Calendário Escolar.
8	Ouvir a opinião dos interessados.
9	Cursos, grupos de estudos, entre outras atividades que possam contribuir para o crescimento profissional do professor.
10	Ainda não havia pensado nisso.
11	Reservar um dia e um horário na sala de informática para que todos possam fazer alguma formação.
12	Parcerias com profissionais da área.
13	Separar determinados horários para fazer de maneira coletiva.
14	Alguns horários do Módulo II serem reservados a essa formação.
15	Implementar oficinas pedagógica.
16	Organização do tempo.
17	Disponibilização de recursos como transporte para curso presenciais.
18	Oferecimento de novos cursos para capacitar os professores.
19	Promover Palestras e Workshops.
20	Parceria.
21	Ajudar a desenvolver o pensamento crítico do aluno, ensinando-o a se posicionar socialmente e politicamente. Ajudar o aluno a desenvolver habilidades socioemocionais. Ensinar o aluno a desenvolver suas percepções de mundo.
22	Palestras e workshops.
23	Tempo, tirar tempo para fazer.
24	Palestras em diferentes áreas.
25	Buscar parcerias que capacitam de acordo com o ciclo.
26	Dias de módulo destinado a formação continuada.
27	Mais cursos.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Mediante as opiniões apresentadas pelos professores, nota-se que eles, embora apontem problemas com relação à implantação de uma formação em

contexto na escola, enfatizam que essa formação se faz necessária. Destacaram, conforme podemos observar no Quadro 7, que a escola tem possibilidade de desenvolver ações que oportunizem a formação continuada e conseqüentemente o desenvolvimento profissional dos docentes.

Em suma, neste capítulo foram detalhados os métodos de pesquisa e as estratégias de coleta de dados que focaram justamente nas percepções de professores da escola com relação ao uso das reuniões coletivas de Módulo II como espaço para formação em contexto de professores. Com base nos desafios identificados, o próximo capítulo apresentará o Plano de Ação Educacional (PAE), que será formulado a partir do referencial teórico que fundamenta este estudo, além das informações obtidas na pesquisa de campo. Os dados indicam que existem lacunas, no que diz respeito à garantia de momentos de planejamento e formação em contexto de forma efetiva na escola em questão. Além disso, será destacada a importância da formação continuada em contexto para o aperfeiçoamento de todos os profissionais da escola, sendo a gestão escolar a responsável por seu planejamento e implementação.

Por meio destas considerações, encerra-se este Capítulo 3, dando início ao quarto e último capítulo, que tem como objetivo a apresentação de um Plano de Ação Educacional (PAE) e que irá enfatizar ações possíveis, desenvolvidas a partir da pergunta direcionadas, tendo como finalidade propor sugestões de enfrentamento para os problemas ora identificados.

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE): UMA PROPOSTA PARA A MELHORIA USO DO MÓDULO II COMO ESPAÇO PARA FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE PROFESSORES

Este plano de ação educacional (PAE) foi elaborado com o intuito de oportunizar à equipe diretiva e pedagógica da instituição algumas questões e estratégias para melhoria do planejamento e organização das reuniões de Módulo II, possibilitando maior participação e envolvimento dos profissionais, além de proporcionar momentos de formação continuada em contexto. O PAE trará ações que possibilitarão à equipe pedagógica realizar um planejamento intencional com relação às pautas a serem discutidas, compartilhadas e direcionadas, proporcionando momentos de compartilhamento de práticas e formações em contexto.

No Capítulo 3 da presente dissertação, foi relatado a percepção dos professores no que diz respeito ao uso das reuniões de Módulo II como espaço para formação em serviço de professores. Esse capítulo trouxe elementos importantes para direcionar as propostas de intervenção neste plano de ação, que buscam minimizar os excessos de informações garantindo o envolvimento e participação dos professores em tomadas de decisões, formação em contexto e sugestões, tanto no que se refere às questões administrativas, quanto nos aspectos pedagógicos.

Para tanto, foi organizado a partir das informações coletadas 06 ações simples, possíveis e factíveis, para a melhoria e a efetivação do processo de organização e das reuniões de Módulo II dentro da escola pesquisada. Com esses achados de pesquisa, seguiremos para a apresentação das descrições e comentários utilizando a ferramenta 5W2H. Para Flankin e Nuss (2006, p.2):

o plano de ação talvez seja o instrumento mais utilizado na previsão e registro de ações para desenvolvimento de projetos de melhoria. Isso se deve basicamente a: - simplicidade de preenchimento - necessidade de poucos dados para gestão - é feito a partir de textos, não requerendo nenhum software especial - fácil entendimento dos dados.

Os autores destacam a praticidade e a facilidade na utilização da ferramenta 5W2H. Na sigla 5W2H, os 5W referem-se aos cinco primeiros questionamentos que,

em inglês, iniciam-se com a letra W, que são: *What*, *Why*, *Where*, *When* e *Who* que, traduzidos, significam, respectivamente: O quê, Por quê, Onde, Quando e Por Quem serão feitos, sendo complementados pelos 2H: *How* e *How much* que, traduzidos, significam: como será feito e quanto custará para fazer, respectivamente (Flankin; Nuss, 2006).

Com esse planejamento, espera-se que as intervenções propostas aqui consigam superar de maneira eficaz as dificuldades com relação a momentos de formação continuada nas reuniões coletivas, promovendo um compartilhamento de práticas assim como uma reestruturação dessas reuniões no que diz respeito a formação em contexto.

A seguir, sintetizamos cada uma das 6 ações propostas neste PAE:

1. Reunião inicial para estudo das normativas que norteiam as reuniões coletivas de Módulo II para prática docente.
2. Proposta de reuniões de alinhamento entre a gestão escolar e equipe pedagógica na elaboração das pautas e encaminhamentos a serem tratados nas reuniões de Módulo II
3. Levantamento com a Equipe Pedagógica e professores sobre os temas mais relevantes para a formação continuada em contexto.
4. Criação de momentos de compartilhamento de práticas exitosas entre os professores.
5. Utilização do laboratório de informática como espaço para realização de cursos de forma coletiva e integrada.
6. Criação de momentos de formação buscando parcerias com outras instituições e utilizando das potencialidades dos próprios professores.

Tais propostas serão todas detalhadas a seguir:

4.1 AÇÃO 1: REUNIÃO INICIAL PARA ESTUDO DAS NORMATIVAS QUE NORTEIAM AS REUNIÕES COLETIVAS DE MÓDULO II PARA PRÁTICA DOCENTE.

Esta primeira ação foi planejada a partir da importância de conhecer as legislações que norteiam o Módulo II, assim como as atividades que podem ser exploradas e desenvolvidas nessas reuniões. Por meio dos questionários e entrevistas, foi observado ainda que muitos consideram importantes essas reuniões,

mas, no entanto, não compreendem o que fazer. Para tanto, trazemos a proposta de um estudo das leis, como por exemplo a Lei ordinária 20.592, de 28 de dezembro de 2012, e do Decreto 46.125, de 04/01/2013, em que podemos considerar que se torna incontestável a garantia e a distribuição das atividades referentes ao Módulo II.

Quadro 7 – Descrição da ação 1

5W2H	Descrição
O quê:	Planejar e promover reuniões de Módulo II voltada para o estudo, compreensão da importância desses momentos para a prática docente.
Porquê:	Necessidade de orientação e compreensão por parte dos Professores e Especialistas em Educação Básica sobre as diferentes atividades que podem ser desenvolvidas nas reuniões de Módulo II.
Quem:	Gestão Escolar e Equipe Pedagógica.
Onde:	Na biblioteca da escola.
Quando:	Semanalmente.
Como:	Planejando quatro reuniões seguidas voltadas para o conhecimento das legislações que envolvem o Módulo II, assim como levantando possibilidades de formações em contexto.
Quanto:	Custo da impressão do material para o estudo.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

4.1.1 Detalhamento da ação

Em um primeiro momento, faremos o diagnóstico, em que será necessário realizar um levantamento coletivo dos conhecimentos que os professores e equipe pedagógica têm com relação ao Módulo II. A partir desse diagnóstico inicial, será possível mapear o ponto de partida que irá subsidiar este estudo.

E, num segundo momento, o enfoque será na formação. É extremamente importante que os professores compreendam as reuniões de Módulo II, pois elas são espaços de aperfeiçoamento, planejamento e formação. Para esta compreensão, será proposto um estudo da Lei ordinária 20.592, de 28 de dezembro de 2012, e do Decreto 46.125, de 04/01/2013, nos quais se torna incontestável a garantia e a distribuição das atividades referentes ao Módulo II.

Por fim, é importante que sejam levantadas dúvidas e sugestões de todos os envolvidos para que não restem dúvidas com relação às normativas que regulamentam as reuniões de Módulo II.

4.2 AÇÃO 2: PROPOSTA DE REUNIÕES DE ALINHAMENTO ENTRE A GESTÃO ESCOLAR E EQUIPE PEDAGÓGICA NA ELABORAÇÃO DAS PAUTAS E ENCAMINHAMENTOS A SEREM TRATADOS NAS REUNIÕES DE MÓDULO II

A Segunda ação foi planejada devido à necessidade de organização nas temáticas e pautas de Módulo II, foi observado através das pautas das reuniões que falta um alinhamento entre a gestão escolar e a equipe pedagógica para decidir as pautas e direcionamentos das reuniões coletivas. Outro problema que foi constatado a partir da entrevista com os professores foi que alguns destacaram que o Módulo II tem que ter objetivo e ser direto, tem muitos assuntos desnecessários e que consume muito tempo.

Tendo em vista essa problemática, a presente ação propõe que o gestor, de forma democrática, direcione previamente, junto à equipe pedagógica, os assuntos a serem tratados, assim como os alinhamentos e direcionamentos das reuniões, para que as reuniões atendam às necessidades pedagógicas dos professores. Para isso, é importante que o gestor assuma o papel de líder e mobilizador da equipe pedagógica. Sobre essa questão, Luck acrescenta:

a gestão democrática pressupõe a mobilização e organização das pessoas para atuar coletivamente na promoção de objetivos educacionais, o trabalho dos diretores escolares se assenta sobre sua competência de liderança, que se expressa em sua capacidade de influenciar a atuação de pessoas (professores, funcionários, alunos, pais, outros) para a efetivação desses objetivos e o seu envolvimento na realização das ações educacionais necessárias para sua realização (Lück, 2009, p. 75).

Diante da necessidade de um planejamento coeso, democrático e direcionado para as reuniões de Módulo II, foi planejada a seguinte ação:

Quadro 8 – Descrição da ação 2

5W2H	Descrição
O quê:	Planejar reunião de alinhamento entre gestão escolar e equipe pedagógica com relação a elaboração antecipada da pauta do Módulo II.
Porquê:	Necessidade de planejamento antecipado das reuniões de Módulo II.
Quem:	Gestão Escolar e Equipe Pedagógica.
Onde:	Sala do Pedagógico.
Quando:	Semanalmente.
Como:	Planejar antes das reuniões coletivas a pauta e assuntos a serem tratados, para
Quanto:	Custo da impressão do material para o estudo.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

4.2.1 Detalhamento da ação

Em um primeiro momento, será necessário a realização de reuniões de alinhamento entre gestão escolar e equipe pedagógica, a ser feita toda semana antes das reuniões previstas de Módulo II. Para tanto será necessário que o gestor organize um horário que garanta que esse momento aconteça de forma exitosa.

Em um segundo momento é importante um estudo minucioso por parte da gestão escolar e equipe pedagógica de todos os documentos e assuntos que serão tratados nas reuniões coletivas, é importante que todos que irão ministrar a reunião estejam preparados para os assuntos tratados e que esse momento de planejamento seja participativo por partes de todos os integrantes.

E, num terceiro momento seria a elaboração da pauta que será apresentada na reunião de Módulo II, essa pauta deverá conter todos os assuntos e alinhamentos que serão tratados nas reuniões, é muito importante que essa pauta seja flexível e didática. Esse planejamento é extremamente importante para que as reuniões aconteçam de forma eficaz e produtiva.

Por fim, é essencial que sejam registradas todas as decisões, alinhamentos e sugestões dos participantes do Módulo II por meio de uma ata assinada por todos os envolvidos.

4.3 AÇÃO 3: LEVANTAMENTO COM A EQUIPE PEDAGÓGICA E PROFESSORES SOBRE OS TEMAS MAIS RELEVANTES PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA EM CONTEXTO

A terceira ação foi planejada mediante a necessidade do envolvimento de todos os professores nas temáticas de formações em contexto a serem realizadas nas reuniões de Módulo II, por meio dos levantamentos realizados nesta pesquisa foi possível constatar que poucos momentos foram destinados a essa formação ou incentivo da mesma.

Neste contexto, e levando em consideração que a escola é um ambiente onde o aprendizado acontece a todo momento, constatou-se a necessidade de garantir o envolvimento dos professores nas temáticas a serem abordadas em momentos coletivos como, por exemplo, nas reuniões de Módulo II. Para tanto, essa ação propõe justamente que seja realizado um levantamento com os professores sobre quais temáticas eles julgam mais importantes para que a formação continuada aconteça de forma significativa nas reuniões de Módulo II. Acreditamos que com a participação dos professores nessa ação as formações serão mais produtivas e eficientes.

Ratificando tais pensamentos, os autores Alvarado-Prada, Freitas e Freitas (2010) ressaltam que:

A escola é o espaço onde as pessoas, individual e coletivamente, interagem com o mundo do conhecimento para conhecer o mundo. A tríade alunos, conhecimentos, professores constitui rede de relações no espaço escolar, sendo socialmente, estes últimos – os profissionais da educação – os responsáveis por mediar as relações de construção de conhecimentos. Esta situação cotidiana e complexa requer dos professores uma preparação que implica ter uma base de conhecimentos para aprender continuamente e, por sua vez, mediar aprendizagens por parte dos alunos (Alvarado-Prada; Freitas; Freitas, 2010, p. 380).

Neste viés, é perceptível que a formação em contexto acontece a todo momento nas escolas, neste sentido é importante que esse ambiente de aprendizagem seja explorado de forma democrática e participativa por meio de trocas de aprendizagens e formações. Ainda nesse sentido, Alvarado-Prada, Freitas e Freitas acrescentam que a formação com objetivos de profissionalização docente implica a compreensão da realidade imediata, ou seja, de seu próprio contexto

escolar para, desde essa referência, poder compreender outras realidades mediatas e universais. Neste sentido, é extremamente importante que o planejamento das reuniões de Módulo II seja feito com a participação de todos que estão inseridos no contexto escolar, e que a mesma aconteça de forma participativa, democrática e flexível.

Quadro 9 – Descrição da ação 3

5W2H	Descrição
O quê:	Realizar um levantamento com os professores sobre quais temáticas eles julgam mais importantes para que a formação continuada aconteça de forma significativa nas reuniões de Módulo II. Acreditamos que com a participação dos professores nessa ação as formações serão mais produtivas e eficientes.
Porquê:	Necessidade do envolvimento de todos os professores nas temáticas de formações em contexto a serem realizadas no Módulo II, esse envolvimento possibilitará levantamento de possíveis problemas e lacunas a serem sanadas coletivamente por meio de planejamento participativo e integrado.
Quem:	Gestão Escolar, Equipe Pedagógica e Professores.
Onde:	Na biblioteca da escola.
Quando:	Semanalmente.
Como:	Realizando um diagnóstico, levantando temas para as formações em contexto a serem realizadas, de forma participativa mensalmente nas reuniões de Módulo II. Através desse levantamento serão organizadas pela Gestão Escolar e Equipe Pedagógicas momentos de formação coletiva e integrada.
Quanto:	Não há gastos.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

4.3.1 Detalhamento da ação

Em um primeiro momento, será importante que seja previsto na pauta de reunião de Módulo II esses momentos de levantamento para as formações em contexto a serem realizadas na escola. Deverá ser realizado um diagnóstico entre todos os professores envolvidos, sobre quais formações serão realizadas no contexto escolar, a participação dos professores nessa ação irá garantir que as formações sejam mais produtivas e eficientes.

No segundo momento, a equipe pedagógica e gestora deverá, por meio de uma planilha, selecionar as formações destacadas pelos professores e organizar formações mensais de acordo com as necessidades levantadas. A garantia da

realização dessas formações em contexto nas reuniões irá garantir o envolvimento e aprendizagem por parte de todos os envolvidos.

E, no terceiro momento, é muito importante que sejam coletadas e registradas todas as impressões e pontuações levantadas pela equipe.

4.4 AÇÃO 4: CRIAÇÃO DE MOMENTOS DE COMPARTILHAMENTO DE PRÁTICAS EXITOSAS ENTRE OS PROFESSORES

A quarta ação foi pensada devido à importância da implementação de momentos de compartilhamento de práticas por meio de formação em contexto no Módulo II. Essa ação visa a garantia de um planejamento participativo e significativo para os docentes, e isso ocorrerá por meio de uma troca de aprendizagens e práticas exitosas entre os pares. Neste sentido, esses momentos irão possibilitar que práticas exitosas sejam compartilhadas entre os professores, garantindo uma comunicação participativa e integrada entre eles.

Acreditamos que, a partir do momento que o professor se sente parte do processo de formação da escola, ele percebe que seus conhecimentos podem agregar na formação de outro professor e, por meio dessa troca, todos se beneficiam no contexto em que a escola está inserida. Nesta perspectiva, e com relação a construção dos momentos de formação os autores Alvarado-Prada, Freitas e Freitas (2010) acrescentam que,

Essa construção da formação é contínua e não fica restrita a uma instituição, à sala de aula, a um determinado curso, pois os docentes podem formar-se mediante seu próprio exercício profissional, partindo da análise de sua própria realidade e de confrontos com a universalidade de outras realidades que também têm fatos do cotidiano, situações políticas, experiências, concepções, teorias e outras situações formadoras. (Alvarado-Prada; Freitas; Freitas, 2010, p. 370).

Com isso, é perceptível a importância de que sejam promovidos momentos de trocas de aprendizagens entre os pares, visto que a formação em contexto não deve ocorrer somente de forma externa a escola, mas no exercício da profissão e na busca de soluções para problemas diários que venham a ocorrer no contexto escolar.

Quadro 10 – Descrição da ação 4

5W2H	Descrição
O quê:	Implementar momentos de compartilhamento de práticas por meio de formação em contexto no Módulo II. Esses momentos irão possibilitar que práticas exitosas sejam compartilhadas entre os professores, garantindo uma comunicação participativa e integrada entre eles.
Porquê:	Importância e relevância do compartilhamento de práticas exitosas nas reuniões de Módulo II. Esse compartilhamento de práticas entre os professores é considerado uma ferramenta eficaz para minimizar os desafios encontrados nas escolas, pois experiências exitosas de um professor podem inspirar seus pares.
Quem:	Professores, Gestão Escolar e Equipe Pedagógica.
Onde:	Na biblioteca da escola.
Quando:	Mensalmente.
Como:	Planejando momentos de compartilhamento de práticas exitosas durante as reuniões de Módulo II na escola.
Quanto:	Não há gastos.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

4.4.1 Detalhamento da ação

Em um primeiro momento, é essencial que seja previsto pela gestão escolar e equipe pedagógica este momento de compartilhamento de práticas exitosas na pauta da reunião de Módulo II. Para tanto, é importante que a temática tratada possibilite esses momentos coletivos de participação de todos, o compartilhamento de práticas exitosas visa garantir que os professores se sintam parte do processo de formação, além de ser uma ferramenta eficaz para minimizar os desafios diários.

No segundo momento é importante que os professores selecionados sejam convidados previamente sobre o dia e o horário que irão compartilhar essa prática/conhecimento para os demais, para tanto é importante que a gestão escolar consulte o professor palestrante para saber se ele irá precisar de algum aparelho audiovisual ou alguma impressão para a formação. A previsão é que esses momentos de formação compartilhada entre os pares ocorram uma vez ao mês nas reuniões previamente agendadas de Módulo II.

E, num terceiro momento é importante que sejam levantadas as percepções dos professores com relação a essas formações em contexto, assim como um debate em forma de mesa redonda sobre como melhorar as práticas apresentadas.

4.5 AÇÃO 5: UTILIZAÇÃO DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA COMO ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DE CURSOS DE FORMA COLETIVA E INTEGRADA.

A quinta ação foi planejada tendo em vista os ambientes que compõem o contexto escolar e suas utilidades para as formações. A referida ação planeja a promoção de reuniões de Módulo II na sala de informática da escola, essa ação é extremamente importante pois por meio do levantamento dos interesses de formações em contexto realizadas com os professores irá ser planejado formações coletivas.

Quadro 11 – Descrição da ação 5

5W2H	Descrição
O quê:	Planejar e promover reuniões de Módulo II na sala de informática da escola, essa ação é extremamente importante pois por meio do levantamento das formações em contexto realizadas com os professores pode ser planejado formações coletivas. Para esta ação podem ser utilizadas plataformas de formação da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, um exemplo de plataforma seria a ESCOLA DE FORMAÇÃO.
Porquê:	Necessidade e garantia de formações em contexto para os professores, pois através do levantamento realizado com os professores foi constatado que a falta de tempo é a principal fator para que eles não tenham realizado formações. Por meio da garantia dessa formação no laboratório de informática da escola será possível que os professores realizem formações em comum, de forma coletiva, e essa ação resultará em um momento participativo e produtivo entre todos os envolvidos.
Quem:	Gestão Escolar, Equipe Pedagógica e Professores
Onde:	Na biblioteca da escola.
Quando:	Mensalmente.
Como:	Planejando mensalmente formações coletivas no laboratório de informática da escola a partir das demandas levantadas.
Quanto:	Não há gastos visto que a escola possui laboratório de informática com internet.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

4.5.1 Detalhamento da ação

No primeiro momento, é importante que a gestão escolar e equipe pedagógica realizem um diagnóstico com os professores a fim de levantar as

formações coletivas que eles tenham maior interesse, é importante registrar e priorizar as formações coletivas mais imediatas com prioridade.

Num segundo momento, propõe-se que seja organizado a formação coletiva na sala de informática, para tanto é importante que a equipe analise as condições dos computadores da sala de informática assim como o acesso ao wifi para que não ocorra intercorrências durante a formação.

E, num terceiro momento a gestão escolar e equipe pedagógica deverá realizar uma pesquisa nas plataformas de formação da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, um exemplo de plataforma seria a ⁶ESCOLA DE FORMAÇÃO, para certificar que haja cursos de interesse coletivo em aberto. Na plataforma ESCOLA DE FORMAÇÃO da SEE é possível realizar inscrições individual e realizar a formação de forma coletiva na sala de informática.

Por fim, é essencial registrar as percepções dos professores para buscar melhorias na execução dessas formações coletivas.

4.6 AÇÃO 6: CRIAÇÃO DE MOMENTOS DE FORMAÇÃO BUSCANDO PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES E UTILIZANDO DAS POTENCIALIDADES DOS PRÓPRIOS PROFESSORES.

A sexta ação foi planejada devido a necessidade, levantada pelos professores, da oferta de momentos de formação nas reuniões de Módulo II. A ação propõe momentos de formação em contexto por meio de palestrantes de outras instituições ou contratando oficinas com temáticas direcionadas aos professores. Para tanto, é necessário que seja realizado um diagnóstico prévio das necessidades pedagógicas dos professores.

Nesse viés, a ação se justifica pela necessidade dessas formações nos momentos coletivos e que nestes processos de formação de professores, sejam oferecidas as condições mínimas para que se relacione teoria e prática através da formação direcionada em contexto. No que se refere a formação continuada, os autores Alvarado-Prada, Freitas e Freitas (2010) destacam que,

⁶ Inserida na estrutura da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, a Escola de Formação tem como objetivo precípua coordenar os processos de formação em nível macro, oferecendo suporte logístico, operacional, físico e/ou virtual para realização de cursos, seminários e outras estratégias de formação dos profissionais da educação, em sua dimensão, profissional, cultural e ética.

Ter sucesso no ensino-aprendizagem mediante a formação continuada é um ideal que não será alcançado por não se considerar nessa formação as características dos professores, suas necessidades e expectativas pessoais e profissionais, seus contextos de trabalho, bem como a cultura elaborada pela instituição escolar em que eles atuam (Alvarado-Prada; Freitas; Freitas, 2010).

Deste modo, nota-se a importância da consideração das particularidades e necessidades de cada escola na organização das reuniões de Módulo II, isso garante o início de uma formação continuada com comprometimento e significado para todos os envolvidos. Onde os professores possam construir juntos uma gestão pedagógica participativa e democrática, a fim de que sejam reconhecidos e respeitados pelo saber adquirido por meio de formações coletivas e, através deste saber, venham enfrentar os desafios diários.

Quadro 12 – Descrição da ação 6

5W2H	Descrição
O quê:	Planejar e promover Formações nos momentos de Módulo II por meio de palestrantes de outras instituições ou contratando oficinas com temáticas direcionadas aos professores. Para esta ação propõe-se um levantamento das potencialidades dos próprios professores da escola, para que eles poderão palestrem para os demais.
Porquê:	Necessidade de momentos de formação em contexto nas reuniões de Módulo II, assim como momentos de planejamento participativo entre os professores.
Quem:	Gestão Escolar, Equipe Pedagógica, Professores e Palestrantes externos.
Onde:	Na biblioteca da escola.
Quando:	1 vez a cada trimestre.
Como:	Planejando momentos de formação no horário do Módulo II coletivo.
Quanto:	Custo Para contratação de palestrantes externos.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

4.6.1 Detalhamento da ação

No primeiro momento, é necessário que seja realizado um diagnóstico entre os professores e a realidade pedagógica da escola, a fim de levantar as necessidades de formação coletiva a ser realizada na escola. Esse diagnóstico deve ser registrado em ata para subsidiar formações posteriores.

Em um segundo momento, a gestão escolar deverá buscar formas de oportunizar essas formações nos Módulos II da escola, para tanto é importante

buscar palestrantes de outras instituições ou contratando oficinas com temáticas direcionadas as necessidades pedagógicas da escola. Para esta ação propõe-se também, que seja feito um levantamento das potencialidades dos próprios professores da escola, onde os mesmos poderão palestrar para seus pares.

Por fim, é importante que sejam levantadas as percepções dos professores assim como levantado ideias para melhoria dos momentos de formação em contexto na escola. Além disso, é essencial que seja registrado esses momentos de formação assim como as percepções dos professores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo promover ações para uma melhor utilização do Módulo II como espaço para formação em contexto de professores na Escola Estadual Germano Pedro de Souza. O Módulo II são reuniões de caráter pedagógico que as escolas devem desenvolver atividades extraclasse, de caráter coletivo. Conforme instruído no Ofício Circular do Gabinete da Secretaria (GS) nº 2663/2016 são de cumprimento obrigatório pelos professores e devem ser programadas pela Direção Escolar, em conjunto com os Especialistas de Educação Básica (EEB), para o desenvolvimento de temas pedagógicos, administrativos ou institucionais de forma a atender às diretrizes do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola (Minas Gerais, 2016).

Reconhecendo a importância do Módulo II como espaço de formação em contexto, no Capítulo 2 foi realizada uma contextualização do tempo do módulo por meio de marcos normativos Nacionais e estaduais de Minas Gerais. A questão da valorização dos profissionais da educação e incentivo a formação continuada é abordada na Constituição Federal de 88, passando pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. No entanto, somente com a promulgação da lei 12.056, de 13 de outubro de 2009 que dispôs sobre a formação dos profissionais da educação.

Em Minas Gerais foi a partir da Lei nº 7.109/1977 que foi atribuído uma carga horária destinada ao planejamento horas para planejamento. Em seguida surgiu o Ofício Circular GS SEE nº 2.663/2016 que tratou da forma como deve ser a organização do Módulo II nas escolas estaduais, assim como a figura do diretor escolar e sua responsabilidade no processo de coordenação, programação e desenvolvimento das atividades extraclasse. Já no Capítulo 3, foi abordado uma discussão teórica sobre a importância da formação continuada do professor, especialmente aquela realizada em contexto, ou seja, no próprio ambiente de trabalho e, em se tratando das escolas vinculadas à SEE/MG, nos momentos de reuniões de Módulo II.

Em suma, durante o desenvolvimento desta pesquisa, viemos elucidando a importância das reuniões de Módulo II como ferramenta de troca de experiências entre os docentes e garantia de alcance de objetivos individuais e coletivos. Com

referência as análises documentais e pesquisa de campo realizadas, foi possível evidenciar o envolvimento dos docentes e o interesse dos mesmos em realizar a formação, e opinar sobre o trabalho interdisciplinar proposto.

Outro achado importante nesta pesquisa foi relacionado ao papel da gestão escolar no planejamento, organização e motivação dos servidores sobre a relevância dos momentos de formação nas reuniões de Módulo II. A gestão democrática em momentos de formação garante que lacunas sejam preenchidas de forma significativa, garantindo que o gestor seja um motivador e condutor que busca a participação coletiva de todos os envolvidos, levando em consideração as opiniões e ideias nas decisões coletivas e tomadas de decisões.

Diante dos fatos, foi possível constatar que ainda há muitos entraves que prejudicam a utilização eficaz dos horários destinados ao Módulo II nas escolas. Dentre esses, podemos citar a priorização de assuntos administrativos e de organização escolar sobre os pedagógicos e de formação; a pouca participação dos professores nas decisões e alinhamentos das reuniões de Módulo II e a falta de formações em contexto nesses momentos.

Pensando em amenizar essas questões, foram propostas a primeira e a segunda ação do Plano de Ação Educacional (PAE), objetivando proporcionar momentos de formação aos professores sobre a relevâncias dessas reuniões para a formação continuada do docente em serviço. A segunda ação propõe ainda que ocorra planejamento antecipado por parte da gestão escolar e gestão pedagógica com relação ao planejamento das pautas de módulo, isto porque foi constatado por meio da análise documental que os assuntos estavam repetitivos e sem foco.

As demais ações do PAE objetivaram a participação dos professores para a garantia da gestão democrática e planejamento participativo, para tanto foi proposto que sejam realizados levantamentos com a Equipe Pedagógica e professores sobre as temáticas mais relevantes para que a formação continuada em contexto aconteça nas reuniões, criando assim momentos de compartilhamento de práticas exitosas entre os professores, assim como a utilização dos espaços da escola (a sala de informática, por exemplo) como espaço de formação.

Por fim, é imprescindível sinalizar que, embora este estudo tenha sido direcionado a Escola Estadual Castelo Branco, os entraves e desafios encontrados com relação aos momentos de formação em contexto nas reuniões de Módulo II, assim como as propostas do plano de ação educacional, podem servir de subsídio

para instituições educacionais que identifique esses problemas. É importante destacar o quanto esses momentos de formação garantem um espaço de compartilhamento, conhecimento, desenvolvimento, interação, construção, planejamento, além de peça fundamental na formação docente e na melhoria da educação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. S. de. **A percepção dos professores de ensino fundamental da SEDUC/AM da cidade de Manaus sobre a hora de trabalho pedagógico na escola**. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/3794>. Acesso em: 30 mar. 2023.
- ALVARADO-PRADA, L. E.; FREITAS, T. C.; FREITAS, C. A. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidade e propostas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 10, n. 30, p. 367-387, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2464/2368>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 set. 2022.
- BRASIL. Ideb – Apresentação. **Ministério da Educação**, [Brasília, DF], c2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/138-programas-e-acoes-1921564125/ideb-indice-de-desenvolvimento-da-educ-basica-878961830/180-apresentacao-sp-1643264658>. Acesso em: 25 jan. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 2 set. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 10 dez. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 12.056, de 13 de outubro de 2009**. Acrescenta parágrafos ao art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12056.htm. Acesso em: 10 dez. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 14 set. 2022.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.167 Distrito Federal**. Constitucional. Financeiro. Pacto federativo e repartição de

competência. Piso nacional para os professores da educação básica. Conceito de piso: vencimento ou remuneração global. Riscos financeiro e orçamentário. Jornada de trabalho: fixação do tempo mínimo para dedicação a atividades extraclasse em 1/3 da jornada. Arts. 2º, §§ 1º e 4º, 3º, ii e iii e 8º, todos da Lei 11.738/2008.

Constitucionalidade. Perda parcial de objeto. Relator: Min. Joaquim Barbosa, 27 de abril de 2011. Disponível em:

<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=626497>.

Acesso em: 14 set. 2022.

DAY, C. **Desenvolvimento profissional de professores**: os desafios da aprendizagem permanente. Porto: Porto Editora, 2001.

FORMOSINHO, J. M.; ARAÚJO, J. M. Formação contínua de professores em Portugal (1992-2011): os efeitos de um sistema de formação. **Educere et Educare**, [s. l.], v. 6, n. 11, p. 1-16, 1. sem. 2011. DOI:

<https://doi.org/10.17648/educare.v6i11.4875>. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/4875>. Acesso em: 24 fev. 2023.

FORMOSINHO, J. **Formação contínua de professores**: realidades e perspectivas. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.

FUSARI, J. C. A formação continuada de professores no cotidiano da escola fundamental. **Idéias**, São Paulo, n. 12, p. 25-34, 1992. Disponível em:

http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_12_p025-034_c.pdf. Acesso em: 25 abr. 2022.

FRANKLIN, Y.; NUSS, L. F. Ferramenta de Gerenciamento. *In*: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 3., 2006, Resende. **Anais** [...].

Resende: AEDB, 2006. Disponível em:

https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/465_PA_FerramentadeGerenciamento02.pdf. Acesso em: 8 jul. 2024.

IDEB – Indicador de qualidade: EE Castelo Branco. **QEdu**, [s. l.], c2024. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/31190705-ee-germano-pedro-de-souza>. Acesso em: 18 fev. 2024.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Questões da Nossa Época).

IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado**: novas tendências. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2009.

IMBERNÓN, F. **Qualidade do ensino e formação do professorado**: uma mudança necessária. São Paulo: Cortez, 2016.

KLINCZAK, M. **Impacto do Covid-19 Na Educação Básica**, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufff.br/jspui/handle/ufff/12998>. Acesso em: 30 mar. 2024.

LARCHERT, J. M. **O planejamento pedagógico e a organização do trabalho docente**. [2010]. p. 57-80. Unidade 3 de apostila do Módulo 2, volume 5 – disciplina Didática e tecnologia I ministrada na Universidade Estadual de Santa Cruz.

LIBÂNEO, J. C. Didática e trabalho docente: a mediação didática do professor nas aulas. In: LIBÂNEO, J. C.; SUANNO, M. V. R.; LIMONTA, S. V. (org.). **Concepções e práticas de ensino num mundo em mudança**: diferentes olhares para a didática. Goiânia: CEPED/Editora PUC Goiás, 2011. p. 85-100. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1KJK2YP5tULBizsaEwH4GxYlgHHUsACxC/view>. Acesso em: 22 jun. 2023.

LÜCK, H. **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LÜCK, H. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. **Em Aberto**, Brasília, DF, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun. 2000.

MACHADO, J. do C.; RANGEL, M. Ateliê de formação continuada e em serviço: subsídios à atualização do conhecimento pedagógico na escola. In: ALMEIDA, M. I. de et al. **Políticas educacionais e impactos na escola e na sala de aula**. Araraquara: Junqueira e Marin, 2012. p. 2212-2221. *E-book*.

MEDEIROS, A. M. S. de; FORTUNA, M. L. de A.; BARBOSA, J. G. A gestão escolar e a formação do sujeito: três perspectivas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 109-123, jan./jun. 2006. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol22n12006.18724>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/18724/10947>. Acesso em: 8 abr. 2023.

MENDES, C. C. T. **HTPC**: hora de trabalho perdido coletivamente? 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/pos/educacao/teses/cintia_mendes.pdf. Acesso em: 30 jan. 2022.

MINAS GERAIS. **Lei nº 7.109, de 13/10/1977**. Contém o Estatuto do pessoal do magistério do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1977. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/7109/1977/?cons=1>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MINAS GERAIS. **Lei nº 15.293, de 05/08/2004**. Institui as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2004. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/15293/2004/?cons=1>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MINAS GERAIS. **Lei nº 20.592, de 28/12/2012**. Altera as Leis nºs 15.293, de 5 de agosto de 2004, que institui as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado, e 15.301, de 10 de agosto de 2004, que institui as carreiras do Grupo de Atividades de Defesa Social do Poder Executivo, e dá outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2012. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/20592/2012/>. Acesso em: 6 abr. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Gabinete da Secretaria. **Ofício Circular GS nº 2.663/2016**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação, 13 set. 2016. Assunto: Cumprimento de 1/3 da carga horária de professor destinada às atividades extraclasse. Disponível em:

<https://orientaeducacao.files.wordpress.com/2017/02/ofc3adcio-circular-2663-2016-cumprimento-de-carga-horc3a1ria-destinada-c3a0s-atividades-extraclasse-4.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **SIMAVE 2021**. Juiz de Fora: CAED/Universidade Federal de Juiz de Fora, 2021. v. 2. Conteúdo: Revista da Rede – rede estadual e redes municipais.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. *In*: NÓVOA, A. (coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 13-33.

NÓVOA, A. Professor se forma na escola. Entrevistadora: Paola Gentile. **Nova Escola**, [s. l.], ed. 142, 1 maio 2001. Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/r3R2CnybkVjHsM6pyBUAqGRFHmPFcFrJcYVWPggcmXd3JuUTqtDPzApzBER3/antonio-novoa-professor-se-forma-na-escola.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. A formação em contexto: a mediação do desenvolvimento profissional praxiológico. *In*: CANCIAN, V. A.; GALLINA, S. F. de S.; WESCHENFELDER, N. (org.). **Pedagogias das infâncias, crianças e docências na educação infantil**. Santa Maria: UFSM; Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016. p. 87-111.

PAQUAY, L. *et al.* (org.). **Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências?** Tradução de Fátima Murad, Eunice Gruman. 2. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PRAXIOLÓGICO. **DICIO**: Dicionário Online de Português, [s. l.], c2009-2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/praxiologico/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

PROJETO Político Pedagógico. Antônio Dias: Escola Estadual Castelo Branco, 2024.

SILVA, A. P. de S. **Reuniões pedagógicas como espaço de formação continuada em serviço**: estudo de caso da Escola Estadual Monte Sinai/Esmeraldas – MG. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/12998>. Acesso em: 30 mar. 2023.

SOUZA, Â. R. de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 123-140, dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982009000300007>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982009000300007&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 8 abr. 2023.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** 10. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2009.

WENGZYNSKI, D. C; TOZETTO, S. S. A formação continuada face as suas contribuições para a docência. *In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL*, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais eletrônicos** [...]. Caxias do Sul: ANPED, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2107/513>. Acesso em: 4 jan. 2023.

APÊNDICE A – Formulário

PESQUISA SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES NO MÓDULO II, NA ESCOLA ESTADUAL CASTELO BRANCO.

Meu nome é Daniela Aparecida Fernandes Silva e sou Mestranda do Programa de pós-graduação profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) da UFJF/CAED. O objetivo do estudo é analisar a maneira pela qual o Módulo II é conduzido na Escola Estadual Castelo Branco e a necessidade de utilizar esse momento para questões pedagógica e trocas de experiências. Os dados coletados serão analisados e as informações qualitativas poderão ser relatadas para fins de publicações. A identidade dos participantes será preservada para que todos possam relatar com tranquilidade e veracidade. Não existe resposta certa ou errada preciso ouvir sua opinião. Por favor, leia o termo de Consentimento Livre e Esclarecido a seguir para prosseguir a pesquisa.

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “USO DO MÓDULO II COMO ESPAÇO PARA APROPRIAÇÃO DOS USOS DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES”. Nesta pesquisa pretende-se pensar e enfatizar a necessidade de utilizar esse momento do Módulo II para questões pedagógica e trocas de experiências. O motivo que me leva a estudar essa temática é perceber a necessidade de aproveitar de forma satisfatória esse tempo de forma pedagógica na escola, no sentido de contribuir na formação dos professores.

Para essa pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos questionário para todos os Professores e Especialistas efetivos e convocados com mais de 2 anos de exercício, consecutivos ou não, na escola pesquisada. A pesquisa irá contribuir para propor um plano de ação que auxilie a gestão e equipe pedagógica da EECB na organização e otimização das reuniões de Módulo II.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “USO DO MÓDULO II COMO ESPAÇO PARA APROPRIAÇÃO DOS USOS DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES”. Nesta pesquisa pretende-se pensar e enfatizar a necessidade de utilizar esse momento do Módulo II para questões pedagógica e trocas de experiências. O motivo que me leva a estudar essa temática é perceber a necessidade de aproveitar de forma satisfatória esse tempo de forma pedagógica na escola, no sentido de contribuir na formação dos professores.

Para essa pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos questionário para todos os Professores e Especialistas efetivos e convocados com mais de 2 anos de exercício, consecutivos ou não, na escola pesquisada. A pesquisa irá contribuir para propor um plano de ação que auxilie a gestão e equipe pedagógica da EECB na organização e otimização das reuniões de Módulo II.

Para participar deste estudo o Sr. (a) não terá nenhum custo. Nem receberá qualquer vantagem financeira. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é entendido (a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O (A) Sr (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora e a outra será fornecida ao Sr. (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados no mesmo local acima indicado. O (A) Sr (a) concorda que o material coletado possa ser utilizado em outros projetos do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, sendo assegurado que sua identidade será tratada com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos? Caso sua manifestação seja positiva, esta autorização poderá ser retirada a qualquer momento sem qualquer prejuízo.

Assim, declaro que fui informado (a) dos objetivos da pesquisa: “USO DO MÓDULO II COMO ESPAÇO PARA APROPRIAÇÃO DOS USOS DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim desejar. Recebi uma via por e-mail deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Nome do Pesquisador Responsável: Daniela Aparecida Fernandes Silva

Endereço: Rua Joaquim Amâncio, 148 - CEP: 35.178-000 / Antônio Dias – MG Fone: (31) 9 9997-0808

E-mail: daniela@educacao.mg.gov.br

Com relação ao Termo de consentimento Livre e Esclarecido:

- Li e declaro que aceito participar da pesquisa.
- Não tenho interesse em participar da pesquisa.

DADOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS

1. Qual a sua idade?

2. Qual o seu gênero?

() Masculino.

() Feminino.

() Outro: _____ .

() Prefiro não responder.

3. Qual seu vínculo empregatício com esta escola?

() Efetivo

() Designado

4. Qual seu tempo de docência nesta escola?

5. Qual seu tempo total de experiência docente?

6. Qual o número de aulas semanais que leciona nesta escola?

7. Qual o número de aulas semanais que leciona em outra escola?

FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOCENTE

8. Qual a sua escolaridade?

() Graduação

() Especialização

() Mestrado

() Doutorado

() Pós Doutorado

9. Indique um curso que fez que contribuiu para sua prática docente:

10. Tem interesse em fazer outros cursos?

- () Sim
- () Não

11. Se sim, quais?

12. Na sua opinião, o que mais dificulta a continuidade dos estudos?

- () Falta de tempo
- () Falta de recurso financeiro
- () Temas pouco interessantes

13. De que forma você procura se capacitar, dando continuidade nos seus estudos, para exercer a docência? (Pode marcar mais de uma alternativa, se for o caso)

- () De forma autodidata
- () Cursos diversos (pós, cursos livres, etc.)
- () Participando de eventos/palestras
- () Participando das reuniões de Módulo II

14. Participou, nos últimos 2 anos, de alguma capacitação? (Palestras, cursos presenciais ou online, Roda de conversa, etc.)

- () Não participei
- () Sim, oferecido pela SEE (Escola de Formação)
- () Sim, oferecido pela SRE Coronel Fabriciano
- () Sim, oferecido pela E.E. Germano Pedro
- () Sim, por iniciativa própria

15. Fale sobre os impactos das capacitações/cursos que participou na sua prática em sala de aula.

16. Com relação à formação continuada em serviço:

- () Não considero importante, pois a formação inicial é suficiente
- () Considero importante, mas não é possível acontecer na escola, devido a rotina da mesma
- () Considero importante e possível de acontecer na escola

SOBRE A POLÍTICA DE MÓDULO II

17. Vários temas são tratados nas reuniões de módulo II, e todos são de grande relevância para melhorar a qualidade da educação. Na sua opinião, o que é prioritário para ser tratado nas reuniões de módulo II?

- () Desenvolver temas pedagógicos (conselho de classe, projetos, avaliações, etc)
- () Desenvolver temas administrativos ou institucionais (vida funcional, legislações, licenças e orientações diversas)
- () Organização do cotidiano escolar (calendário, atividades coletivas)
- () Atividades voltadas para a formação continuada do professor em serviço (palestras, mini cursos, etc)

18. Com relação à carga horária destinada às atividades extraclasse (1/3 da carga horária do cargo), para a realização das atividades de planejamento individual e coletivo:

- () Não são suficientes
- () São suficientes apenas para o planejamento individual
- () São suficientes para o planejamento coletivo
- () São suficientes para o planejamento individual e coletivo
- () São suficientes para o planejamento individual, coletivo e formação continuada em serviço do professor

19. Quais temáticas que você considera importantes serem tratadas nas reuniões de módulo II?

20. Qual o impacto das reuniões de módulo II na sua prática docente?

- () Negativo, pois além de não agregar, produz desgaste desnecessário
- () Indiferente, uma vez que não traz novidades
- () Positivo, no sentido que agrega novos conhecimentos e troca de experiências

21. Após uma reunião de módulo II, na sua escola, você geralmente sai dela:

- () Cansado(a), pois sente que não surtiu efeito na sua vida profissional
- () Desmotivado(a), pois ainda que tenham sido tratados assuntos importantes, sinto que não será praticado ou esquecido pela equipe docente

- Indiferente, pois cumpriu seu horário de trabalho
- Motivado(a), pois houve um aprendizado importante para sua prática em sala de aula
- Estimulado(a) a melhorar sua docência, devido às trocas de experiências entre os colegas

22. Com relação à condução das reuniões de módulo II, (direção, vice e especialista), percebo que:

- Não houve uma preparação prévia para a reunião
- Não há uma harmonia na equipe gestora (direção, vice e especialistas)
- Houve uma preparação prévia para a reunião, mas devido a outros fatores, a mesma não alcançou seu objetivo
- Houve uma preparação prévia para a reunião e mesmo existindo fatores externos, os objetivos propostos foram alcançados
- Houve uma preparação prévia para a reunião e como não há fatores externos, o objetivo da mesma foi alcançado

23. Com relação à participação dos professores desta escola nas reuniões de módulo II, você considera ser:

- Excelente, pois todos participam ativamente
- Muito boa, pois uma grande parte da equipe se mostra interessada
- Boa, pois ainda tem uma pequena parte da equipe que se mostra interessada
- Razoável, pois todos estão cumprindo seu horário de trabalho
- Ruim, pois não há interação entre a equipe de professores

24. Sobre realizar formação continuada em serviço nas reuniões pedagógicas do módulo II, qual resposta se aproxima mais da sua opinião?

- Não acredito ser possível realizar a formação continuada em serviço nas reuniões de módulo II
- Criar outros espaços para os avisos e utilizar todas as reuniões de módulo II para formação continuada da equipe
- Reservar algumas reuniões ao longo do ano para fazer a formação continuada em serviço

() Buscar parcerias (Empresas, universidades, etc), para promover a formação continuada na escola

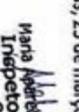
25. Na sua opinião, como seria a organização ideal de uma reunião pedagógica de módulo II?

26. Quais medidas podem ser adotadas para proporcionar formação em serviço na escola?

AGRADECIMENTOS

Agradeço sua participação nesta pesquisa e me coloco à disposição para maiores esclarecimentos, bem como os resultados desta. Juntos, faremos uma educação melhor!

ANEXO A – Calendário escolar de 2022

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS - SRE- CORONEL FABRICIANO		MUNICÍPIO: ANTÔNIO DIAS	
CALENDÁRIO ESCOLAR 2022 - ESCOLA ESTADUAL "GERMANO PEDRO DE SOUZA			
RESOLUÇÃO SEE Nº 4.660 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2021.			
ANO LETIVO: 2022			
LEGENDA			
FE	Férias Escolares		
PL	Planejamento		
RE	Recessos		30
DL	Dias letivos		200
IN	Início e término do ano/semestre escolar		
FN	Feriado Nacional		
IT	Início e Término do Ano letivo		
RI	Estudos Independentes de Recuperação		
RR	Reunião de Responsáveis/Pais		
*	Início e término Cursos Semestrais/letivo		
CC	Conselho de Classe - extra turno		
CC	Conselho de Classe - extra turno		
RO	Reunião Ordinária do Colegiado Escolar		
DS	Dia do Servidor Público		
RP	Reunião Pedagógica Coletiva		
ER	Encerramento dos registros no DED - Res. SEE nº 4.055/2018.		
SL	Sábados Letivos		
ITL	Início e Término do Semestre Letivo		
IS1	1º Semestre: 07/02/2022 a 05/07/2022		
IS2	2º Semestre: 25/07/2022 a 16/12/2022		
Período dos Bimestres			
Organização Anual e Semestral			
	07/02/2022 a 25/04/2022		
	26/04/2022 a 05/07/2022		
	25/07/2022 a 28/09/2022		
	29/09/2022 a 16/12/2022		
Colegiado Escolar:			
Antônio Dias, 23 de março de 2022.			
 Daniela M. Fernandes Silva Diretora V. Local Ano de Início: 2006/19 p.32		 Maria Aparecida Felizardo Inspeção Escolar Masp 9655390-8 S.R.E. Cd. Fabriciano INSPEÇÃO	

F.F.

OBSERVAÇÕES CONFORME RESOLUÇÃO SEE Nº 4.660 DE 16/11/2021

7 de março a 11 de março: Semana escolar de combate à violência contra a mulher, proposta para o mês de março, conforme Lei Federal nº 14164, 10/06/2021. No dia 8 de março: Dia Internacional da Mulher - Oficializado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975. Rememora a luta das mulheres pela conquista de direitos;

21 de março: Dia Internacional contra a discriminação racial - criado pela Organização das Nações Unidas, rememora a luta pela conquista de direitos sociais para a população negra em referência às vítimas do Massacre de Sharpeville, na África do Sul, em 1966;

17 de maio: Dia Estadual contra a Homofobia, instituído pela Lei 16636 de 03 de Janeiro de 2007;

25 de maio: Dia Nacional do Censo Escolar da Educação Básica em 2022, instituído pela Portaria MEC nº 264, de 26 de março de 2007, que determina a última quarta-feira do mês de maio de cada ano como data de referência das informações declaradas ao Censo Escolar;

5 de junho: Dia Mundial do Meio Ambiente - criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas na resolução de 15 de dezembro de 1972 com a qual foi aberta a Conferência de Estocolmo, na Suécia, cujo tema central foi o Ambiente Humano;

19 de junho a 26 de junho: Semana Estadual de Prevenção às Drogas - conforme Lei nº 1,6514 de 2006, será destinado às atividades da "Semana Estadual de Prevenção às Drogas", instituída pela Lei nº 12.615, de 1997;

12 de agosto a 18 de agosto será destinado às atividades da "Semana Estadual das Juventudes", instituída pela Lei nº 22.413 de 2016;

16 de novembro a 20 de novembro: será destinado às atividades da "Semana de Educação para a vida" instituída pela Lei Federal nº 11.988 de 2009, na qual devem ser incluídas atividades que atendem ao disposto na Lei Nº 12.519, de 10 de novembro de 2011 ao Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro;

CRIVO PARA CONFERÊNCIA DO CALENDÁRIO ESCOLAR – 2022 - CURSO ANUAL

DIAS DA SEMANA	MESES DO ANO												T			
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ				
SEGUNDA-FEIRA	-	3	4	4	5	4	2	5	4	4	3	2				40
TERÇA-FEIRA	-	3	4	4	5	4	2	5	4	3	4	2				40
QUARTA-FEIRA	-	3	4	4	4	5	1	5	3	3	4	2				38
QUINTA-FEIRA	-	3	5	3	4	4	1	4	5	3	4	3				39
SEXTA-FEIRA	-	3	4	3	4	4	2	4	5	3	4	3				39
SÁBADO	-	-	-	-	-		1	1	1	1	0	0				4
TOTAL (DIAS)	-	15	21	18	22	21	9	24	22	17	19	12				200

DESCRITIVO DE COMPENSAÇÃO DE CARGA HORÁRIA - CURSO ANUAL**1º E 2º SEMESTRES**

DATA	EVENTO	CORRESPONDENTE A CH	DATA	EVENTO	CORRESPONDENTE
25/04/2022	SEGUNDA-FEIRA	SEXTA-FEIRA	27/08/2022	SÁBADO LETIVO	SEGUNDA-FEIRA
05/07/2022	TERÇA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	24/09/2022	SÁBADO LETIVO	TERÇA-FEIRA
30/07/2022	SÁBADO LETIVO	QUARTA-FEIRA	29/10/2022	SÁBADO LETIVO	QUARTA-FEIRA

CRIVO PARA CONFERÊNCIA DO CALENDÁRIO ESCOLAR – 2022 - CURSO SEMESTRAL**1º SEMESTRE**

DIAS DA SEMANA	1º SEMESTRE							COMPENSAÇÃO DE DIAS LETIVOS		
	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	TOTAL	DATA	CORRESPONDENTE	EVENTO
SEGUNDA-FEIRA	3	4	4	5	4	1	21			
TERÇA-FEIRA	3	4	4	5	4	1	21			
QUARTA-FEIRA	3	4	4	4	5	-	20			
QUINTA-FEIRA	3	5	3	4	4	-	19	25/04/2022	SEXTA-FEIRA	SEGUNDA-FEIRA
SEXTA-FEIRA	3	4	3	4	4	1	19	05/07/2022	QUINTA-FEIRA	TERÇA-FEIRA
SÁBADO	-	-	-	-	-	-	0			
TOTAL (DIAS)	15	21	18	22	21	3	100			

CRIVO PARA CONFERÊNCIA DO CALENDÁRIO ESCOLAR – 2022 - CURSO SEMESTRAL									
DIAS DA SEMANA	2º SEMESTRE							COMPENSAÇÃO DE DIAS LETIVOS	
	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	DATA	EVENTO
SEGUNDA-FEIRA	1	5	4	4	3	2	19		
TERÇA-FEIRA	1	5	4	3	4	2	19		
QUARTA-FEIRA	1	5	3	3	4	2	18		
QUINTA-FEIRA	1	4	5	3	4	3	20	30/07/2022	QUARTA-FEIRA SÁBADO
SEXTA-FEIRA	1	4	5	3	4	3	20	27/08/2022	SEGUNDA-FEIRA SÁBADO
SÁBADO	1	1	1	1	-	-	4	24/09/2022	TERÇA-FEIRA SÁBADO
TOTAL (DIAS)	6	24	22	17	19	12	100	29/10/2022	QUARTA-FEIRA SÁBADO

Antônio Dias, 23 de março de 2022.


 Diretor/MASP
 Daniela Ap. Fernandes Silva
 Diretora V - MASP: 1722519
 Ato de Pub: MG de 29/06/19 p.32


 Maria Aparecida Feijó
 Inspetor Escolar
 Masp: 965390-8
 S.R.E. Cel. Feijó

ANEXO I (a que se refere o § 1º do art. 4º do Decreto nº 46.125, de 4 de janeiro de 2013)

Número de horas na docência	Número de horas para outras atividades		Carga Horária Semanal	Carga Horária Mensal
	Em local definido pela direção da escola	Em local de livre escolha do professor		
1h	15 min	15 min	1h 30min	7h
2h	30 min	30 min	3h	14h
3h	45 min	45 min	4h 30min	20h
4h	1 h	1 h	6h	27h
5h	1 h 30 min	1 h 30 min	8h	36h
6h	1 h 30 min	1 h 30 min	9h	41h
7h	2 h	2 h	11h	50h
8h	2 h	2 h	12h	54h
9h	2 h 15 min	2 h 15 min	13h 30min	61h
10h	2 h 30 min	2 h 30 min	15h	68h
11h	2 h 45 min	2 h 45 min	16h 30m	74h
12h	3 h	3 h	18h	81h
13h	3 h 15 min	3 h 15 min	19h 30m	88h
14h	3 h 30 min	3 h 30 min	21h	95h
15h	3 h 45 min	3 h 45 min	22h 30m	101h
16h	4 h	4 h	24h	108h
17h	4 h 15 min	4 h 15 min	25h 30m	115h
18h	4 h 30 min	4 h 30 min	27h	122h
19h	4 h 45 min	4 h 45 min	28h 30m	128h
20h	5 h	5 h	30h	135h
21h	5 h 15 min	5 h 15 min	31h 30m	142h
22h	5 h 30 min	5 h 30 min	33h	149h
23h	5 h 45 min	5 h 45 min	34h 30m	155h
24h	6 h	6 h	36h	162h
25h	6 h 15 min	6 h 15 min	37h 30m	169h
26h	6 h 30 min	6 h 30 min	39h	176h
27h	6 h 30 min	6 h 30 min	40h	180h

Fonte: Minas Gerais (2013a).